

MUDANÇAS NA PETROLÍFERA PÚBLICA

‘Buraco’ de 50 mil milhões USD coloca Isabel dos Santos na Sonangol



PETRÓLEO. A indicação da empresária para a liderança da petrolífera pública foi fortemente criticada por observadores. No entanto, fontes próximas ao dossier justificam a decisão com o trabalho da comissão de reestruturação do sector petrolífero que, além de concluir o apuramento de uma imparidade técnica a roçar os 50 mil milhões de dólares, posicionou a liderança da comissão como “diferenciadamente capaz”, de renegociar contratos técnicos e de serviço, nocivos aos interesses do Estado. Págs. 18 e 19

PREVISÃO DA BMI

Taxa BNA pode chegar aos 16%

A taxa de referência do mercado pode saltar dos actuais 14 para os 16% até ao fim do ano. A previsão é da Fitch, que justifica a conclusão com a necessidade de ajustamentos da política monetária, face aos níveis de inflação. Pág. 14



KIALA NGONE GABRIEL, SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA

“Quem investe em Angola só fica a ganhar”

O secretário de Estado da Indústria defende, numa entrevista exclusiva, que a dinamização do sector industrial compete aos privados, com o Estado a assumir o indispensável papel de regulador e de garante das condições para o sucesso dos investimentos. E, apesar da crise que afecta a economia, Kiala Gabriel não tem dúvidas de que investir em Angola continua a ser uma opção mais do que viável. Págs. 4 a 7

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 185,7 Kz (-0,8) ▼ LIBRA 242,4 KZ (-0,6) ▼ YUAN 25,3(-0,1) ▼ RAND 10,5 Kz (-0,1) ▼

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



OUTRAS LEITURAS

É indefensável o conflito ético na indicação de Isabel dos Santos para a liderança da Sonangol.

Não está em causa a competência técnica da empresária. E provavelmente ninguém duvida da experiência comprovada, da influência interna e dos contactos excepcionais, fora de portas, que fazem de Isabel dos Santos um perfil inigualável para o posto. O que está em questão é o facto de ser filha do Presidente da República e passar para o comando de uma empresa estratégica do Estado, com a qual vai cruzar interesses privados em vários negócios. Mas não é apenas isso. O caso de Isabel dos Santos é agravado pela presença significativa da empresária nas outras áreas da economia em que o Estado conserva interesses estratégicos. É o caso da Angola Telecom, empresa em que Isabel dos Santos lidera um processo de reestruturação, à semelhança do que ocorreu na Sonangol, como noticiou o VALOR, em exclusivo, há poucas semanas. É o caso dos diamantes, onde a mulher mais rica de África debita influência inegável. Inclui-se a energia, com as indicações recentes de ligações com a ENDE. Na banca, a situação não menos com-



plicada. Isabel dos Santos não está à frente de qualquer banco público. É verdade. Mas, ainda que na posição de administradora não executiva, vai liderar uma empresa pública que tem investimentos em bancos privados, como o BAI, o Millennium Atlântico, portanto, concorrentes dos bancos privados da empresária, como o BFA e o BIC. Tudo isso faz da nomeação de Isabel dos Santos questionável, ainda que, em teoria, não assuma a gestão operacional da empresa.

Mas as leituras que olham para a decisão de José Eduardo dos Santos como uma simples manifestação de nepotismo podem estar rotundamente enganadas. Mais do que uma demonstração de poder, José Eduardo dos Santos revelou um sintoma claro de isolamento. É uma espécie de consumação da crise de confiança que, por

sinal, afecta o Presidente da República. As fontes que o VALOR cita e que explicam as razões de fundo da escolha da nova administração da Sonangol, ainda que nas entrelinhas, deixam pistas claras. José Eduardo confiou projectos vitais do Estado aos dois comandos que antecederam à nova administração. Foram 17 anos de 'muita parra e pouca uva', porque, no fim de contas, não há um único a funcionar em pleno, como não enganam o Angola LNG e a refinaria do Lobito. Mas não foi apenas isso. Aparentemente, no passado, as lideranças da Sonangol sonegaram de forma propositada informação crucial sobre o verdadeiro estado de saúde da empresa. Informações que poderiam levar a reformas de modo mais antecipado e que colocariam a empresa no lugar em que sempre se imaginou que estivesse: o de vanguarda da economia. Hoje calcula-se, pelo contrário, um 'buraco', resultante de imparidades técnicas, avaliadas em 50 mil milhões de dólares, como estampado na capa desta edição, o que deixa adivinhar um percurso mais do que difícil na rentabilização da empresa.

Que a crise de confiança é imputável a José Eduardo dos Santos não há dúvidas. Mas entre a espada e a parede, há que fazer escolhas. É a aparente resposta do 'inquilino' da Cidade Alta.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico e chefe de produção: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Colaboradores: Cândido Mendes

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes e Mariquinha Rego

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Tel.: +244 936272323

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones:

+244 222 320510, 222 320511

Fax: 222 320514

A semana

30

3 PERGUNTAS A...



Rui Malaquias

Economista

A reforma tributária está concluída?

Ainda não, porque continuamos a notar várias assimetrias entre os contribuintes nacionais com a mesma condição de facturação, além de áreas específicas da economia que continuam sem carga fiscal alguma ou adequada. Existem também outras com uma carga excessiva. Por norma os processos de ajustamento fiscal são dinâmicos e dependem da conjuntura, nunca são dados por terminados.

Quais são os resultados mais visíveis da reforma tributária?

Os resultados são visíveis, porque a arrecadação fiscal tem tido uma tendência crescente, não obstante o sector petrolífero estar a arrecadar menos e assim desacelerar a entrada de impostos para os cofres do Estado, as receitas do sector não petrolífero estão a subir, porque hoje está a cobrar-se mais e melhor do que antes.

Já existe uma maior cultura de pagamento de impostos?

Ainda estamos longe de ser um povo que entende, (nunca se tratará de gostar de pagar impostos) que se deve pagar impostos, pelo facto de as pessoas ainda não terem, (ou não quererem perceber) que o imposto é a nossa contrapartida do contrato social que assinamos com o Estado.

TERÇA-FEIRA

Uma indústria de exploração e transformação de cobre e calcário será instalada, no Alto-Zambeze, Moxico, anunciou o director provincial da Geologia, Minas e da Indústria. Victor Pedro declarou que estas industrias não carecem de de tecnologia avançada para a exploração e transformação.

QUARTA-FEIRA

A Venezuela solicitou ajuda a Angola para reorganizar a produção artesanal de diamantes e identificação de novas reservas diamantíferas economicamente viáveis durante um encontro realizado em Luanda, entre o PCA da Endiama, Carlos Sumbula, e uma delegação venezuelana.

QUINTA-FEIRA

O Presidente da República exonerou o Secretário de Estado da Saúde, Carlos Alberto Mascosa, e nomeou, para exercerem o mesmo cargo, Eleutério Hivilikwa e Constantina Pereira Machado Furtado, de acordo com uma nota da Casa Civil.



SEGUNDA-FEIRA

60 mil habitações sociais do tipo T3, de 100 metros quadrados, serão construídas, em 10 províncias, pelas Organizações Ribeirinho, fruto de um acordo de investimento celebrado com a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP). O investimento de parceria público privada está avaliado em cinco mil milhões de dólares norte-americanos.

SEXTA-FEIRA

A Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA) informou que Angola está a reter, há sete meses, fundos para pagamentos de serviços que deveria entregar às companhias aéreas estrangeiras que operam no país, cujo valor global atinge 237 milhões de dólares.



SÁBADO

O director-geral da fábrica 'Água da Ponte', Benedito Auxílio, anunciou que a empresa que dirige vai retomar a produção, em Julho próximo. Localizada no Pólo Industrial da Catumbela (PDIC), o empreendimento pretende ter uma tiragem inicial de mil embalagens por dia.



DOMINGO

Encerrou a quinta edição da feira da banana, que começou no dia 26 de Maio, no mercado do Panguila, no Bengo. Sob o lema "Diversificar a Produção para Promover o Crescimento Económico", a feira juntou mais de 326 expositores, em dois pavilhões.



COTAÇÕES



FALTA DE EMPREGO AMERICANA ABALA MERCADOS

A fraqueza dos dados macroeconómicos do emprego na maior economia do mundo, os EUA, arrastaram as bolsas do país e do espaço europeu para o vermelho na última sessão da semana. Os números da criação de novos empregos ficaram em mínimos dos últimos seis anos. Com um dólar enfraquecido os mercados da América do sul e da Ásia fecharam em terreno positivo.



CFDs Quotes	03/06/2016 13:07	15:00	16:00	17:00
Gold	1.242,00	+29,40	+2,42%	🟢
Silver	16,360	+0,335	+2,09%	🟢
Copper	2,115	+0,045	+2,17%	🟢
Crude Oil	48,91	-0,26	-0,53%	🟡
Brent Oil	49,84	-0,20	-0,40%	🟡
Natural Gas	2,410	+0,005	+0,21%	🟢
US Cotton #2	64,02	+1,15	+1,83%	🟢
US Coffee C	126,53	+3,73	+3,04%	🟢

TOMBO DO BCP MILLENIUM

No fim de uma semana mista, o PSI20 acompanhou a tendência negativa dos mercados europeus penalizado pela perda de mais de 10% de valor em bolsa do maior banco privado português, o BCP Millenium, em que a Sonangol é o maior accionista. O ouro valorizou depois do fecho da reunião da OPEP que não estabeleceu novos limites à produção petrolífera em antecipação a uma queda do preço do crude.

Entrevista

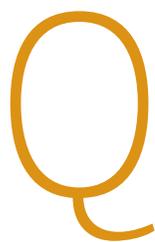
GABRIEL KIALA, SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA

“Na indústria é possível que o privado venha a assumir tudo”

Secretário de Estado da Indústria admite que a falta de matéria-prima continua a ser um dos principais condicionalismos para a dinamização de algumas unidades fabris, destacando o da indústria têxtil que ainda importa 100% do algodão consumido. No entanto, realça que as bebidas e os cimentos se tornaram praticamente auto-suficientes, prevendo que possam ser exportados num futuro próximo.



Por António Nogueira



Que estratégias o Estado tem de recuperação das unidades industriais que se encontram paralisadas?

O país teve muita indústria no passado e grande parte sucumbiu, empresas públicas e algumas privadas, infelizmente, tiveram esse destino. Temos um sistema selectivo, em função do interesse público e da viabilidade das indústrias. Importa destacar o sector

têxtil, que é um dos mais conhecidos e onde o Estado investiu muito, tendo negociado os financiamentos com os japoneses. É um projecto que gastou mais de 1, 2 mil milhões de dólares para recuperar três das principais unidades industriais têxteis. Refiro-me à Textang II, em Luanda, à África Têxtil, em Benguela, e à Satec, no Dondo. Todas beneficiaram de obras de reabilitação, modernização, ampliação e especialização e a execução é total. Quem viu estas unidades fabris, antes da sua recuperação, não vai reconhecer o que são hoje. Além de diversificar a produção, aumentou-se igualmente a capacidade. Duas dessas fábricas têm

linhas de produção idênticas, mas há algo que lhes dá esse grau de especialização.

Havia indústria, por exemplo, que antes produzia somente panos, mas que hoje vai passar a fazer toalhas. Todo esse processo começou em 2008. Em 2013, terminou o processo de reabilitação, ampliação e especialização da Textang II. Em 2014, foi a África Têxtil e, em 2015, foi a Satec.

Que outras indústrias constam do conjunto de unidades a serem recuperadas?

A indústria metalomecânica, por exemplo, também a das bebidas e a de materiais de construção. Algumas já conheceram progres-

so, sendo de destacar a indústria das bebidas. Em 1994, a Cuca produzia cerca de 180 mil hectolitros, hoje está acima dos dois milhões de hectolitros. É uma grande diferença. Havia também siderurgias. Algumas não foram bem-sucedidas. É o caso da siderurgia nacional que hoje possui uma capacidade de produção muito baixa. Já não é igual, por exemplo, à da Barra do Dande, no Bengo, que é nova e que suplanta todas as outras, em termos de dimensões.

Uma das questões essenciais para a operacionalização da maioria do parque industrial nacional é a falta de matérias-primas...

As indústrias têxteis são uma par-

ticuliaridade. Têm como matéria-prima o algodão. Como é do conhecimento público, o país deixou de produzir algodão por razões conhecidas que não vale a pena citar. Quando negociámos este processo de redimensionamento da indústria também incorporamos a componente do algodão. Infelizmente, há um atraso na capacidade de resposta da produção do algodão. Por isso, temos recorrido à importação. Mas estamos em sintonia com o Ministério da Agricultura e estamos também a promover acções, no sentido de o algodão vir a ser de produção nacional para garantir a sustentabilidade dessas indústrias que precisam, no total, de cerca de 22

“O Estado gastou mais de 1,2 mil milhões de dólares para recuperar três das principais unidades industriais têxteis.”

“As três unidades têxteis podem, à vontade, vir a criar mais de 3.500 empregos.”

mil toneladas para manter a sua operacionalidade. Só a Satec necessita de 11 mil. Estamos ainda na fase de formação e de ensaio dos equipamentos. Estamos à espera da decisão da sua gestão que deve vir da mais alta estrutura.

Quer isso dizer que o país está a importar 100% do algodão para alimentar essas indústrias?

Infelizmente, por enquanto, é 100%. No entanto, as unidades têxteis ainda não iniciaram a actividade. Estamos numa fase de aquisição da matéria-prima para, depois, poder arrancar.

O que prometem esses projectos na criação de emprego?

As três unidades têxteis podem, à vontade, vir a criar mais de 3.500 empregos. Isto para uma fase ainda não cruzada, porque poderá vir a criar muitos mais postos de trabalho directos e indirectos.

E nas outras indústrias, nomeadamente na de materiais de construção?

Houve também progresso. Já temos, no país, cerca de cinco unidades de produção de cimento. Temos, em Luanda, a CIF, no Bom Jesus, a Nova Cimangola. Temos ainda os projectos de duplicação dos projectos da Nova Cimangola que também vai produzir o clinker, a matéria-prima para o cimento. Temos a FKS, no Kwanza-Sul, que produz cimento, com base na matéria-prima que ela própria produz, o clinker. Temos a Cimfort, em Benguela, além da Secil. Na transição de 2015 para 2016, o país produziu praticamente mais de cinco milhões e 500 mil toneladas de cimento. Portanto, podemos, muito a breve trecho, chegar ao ponto de exportar o cimento, porque temos capacidades e há já projectos de aumento dessa capacidade, além da produção de clinker. Hoje já não se justifica importar cerveja, cimento e varão de aço neste país. Essas são indústrias onde temos bons resultados.

A produção de cimento já satisfaz as necessidades do mercado interno?

Podemos dizer que o que se produz é suficiente para abastecer o mercado interno e podemos até vir a exportar. No ano passado, a

produção foi na ordem das cinco milhões de toneladas e as necessidades internas não estão muito disso. Estamos a prever que, com as projectadas, poderemos chegar aos oito milhões de toneladas até 2017.

Angola já não importa cimento?

Tem-se registado casos específicos nas províncias fronteiriças, como é o caso do Cunene, Kuando-Kubango e Cabinda. Mas são autorizações pontuais que não significam falta de capacidade de abastecer o mercado por parte das nossas operadoras. Tudo indica que essa importação não continue, atendendo às condições que estão a ser criadas.

Qual é o ponto de situação da indústria siderúrgica?

Hoje temos um gigante a operar na produção de varão de aço que é a ADA Aceria que começou actividade recentemente. Esta fábrica está situada na Barra do Dande e tem uma capacidade de produção de 500 mil toneladas, mas a ambição é chegar aos um milhão e 500 mil toneladas ano.

A sua principal matéria-prima é a sucata, por isso, as nossas atenções estão viradas no sentido de inviabilizar qualquer operação de exportação de sucata.

Há também esforços com o Ministério da Geologia e Minas no sentido de as indústrias extractivas, nomeadamente a do ferro, venham também abastecer a indústria transformadora e de materiais de

O país produziu mais de 5,5 milhões de toneladas de cimento, entre 2015 e 2016.

Portanto, podemos, muito a breve trecho, chegar ao ponto de exportar o cimento

Hoje já não se justifica importar cerveja, cimento e varão de aço neste país. Podemos dizer que o que se produz é suficiente para abastecer o mercado interno

22

Mil toneladas de algodão é o que as três unidades industriais recentemente recuperadas pelo Estado necessitam para se manterem integralmente operacionais.

construção, no caso, de varão de aço. Por isso é que, recentemente, houve uma visita, por orientação do chefe de Estado, que visa aproximar os operadores dos outros projectos que estão em promoção no país. É o caso do ferro gusa, no Lubango, que poderá fornecer matéria-prima à indústria siderúrgica, assim como outras indústrias como a siderurgia nacional. No país, devemos ter cerca de seis siderurgias, algumas de pequena e outras de grande dimensão.

Qual é o principal desafio da indústria cimenteira?

A nossa maior preocupação, de momento, é a produção de clinker. Este produto custa muito dinheiro na balança mundial e custa muito dinheiro na aquisição de divisas. É uma orientação do chefe de Estado, que as indústrias se virem para o mercado nacional, em termos de abastecimento ou que produzam elas próprias matérias-primas e que se criem condições com os respectivos departamentos ministeriais para que se incentive quem queira produzir matéria-prima para fornecer à indústria nacional.

Essa situação dos cimentos é igual para as outras indústrias?

Sim! Por exemplo, no caso das cervejas, o grosso da matéria-prima é a água, mas, aquelas componentes que entram no processo de fabrico, como o lúpulo, malte, cevada, tudo isso vem de fora. Por isso, encorajamos os industriais a olhar para o mercado nacional

ou com meios próprios ou com aliança com outras entidades que possam produzir cá material para abastecer essas fábricas.

Digo isso porque a indústria das bebidas é, de facto, muito lucrativa e sustentável, cria um número elevado de postos de trabalho e também contribui significativamente para as receitas do Estado, com os impostos. Há outros países como Moçambique e Nigéria que fazem recurso ao milho no processo de produção da cerveja. Temos consciência de que estes grupos que estão a operar em Angola têm fábricas fora. Por exemplo, no Congo Democrático, Gabão, Costa do Marfim, entre outros. Por isso, gostaríamos de discutir com esses grupos no sentido de convencê-los a pensarem também em produzir matéria-prima, sobretudo no nosso caso onde achamos haver condições para se produzir alguma matéria-prima que pode ser incorporada no processo de fabrico.

A inexistência de matéria-prima é, portanto, transversal a todas as indústrias?

Temos ainda dificuldades a nível da indústria de embalagem e de plástico. Temos dificuldades, mas vão sendo resolvidas através de programas dirigidos ou acções concretas dirigidas, no sentido de desbloquear a aquisição de divisas para a compra de matérias-primas. Por exemplo, a indústria de bebidas pode vir a ter problemas ainda que seja só a nível da rotulagem e das etiquetas. Aqueles componentes parecem não ter tanta importância, mas, na verdade, têm. Mesmo a nível das águas, essas matérias-primas são importantes, porque podem criar dificuldades às indústrias principais.

Que outras indústrias estão a produzir de forma satisfatória?

Temos a Metalosul, na Huíla. É uma indústria que deve ser apoiada. É uma metalomecânica que tem como objecto a produção de câmaras frigoríficas. Enfim, é uma fábrica que, em África, é muito raro encontrar algo do género e estão aí a produzir com qualidade e quantidade. Esse tipo de indústria, assim como outras

Mário Muijates © VE



Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

de electrodomésticos, de produção de equipamentos de apoio a agricultura, devem ser apoiadas. São indústrias que vão conhecendo algumas dificuldades e para as quais há apoio garantido pelo Estado e através do sistema bancário e que acreditamos que podem vir a resolver esses problemas para evitar qualquer eventual colapso dessas indústrias, que têm postos de trabalho a garantir, receitas para o Estado, e que podem também exportar para garantir divisas.

Que destino o Estado reserva para os projectos industriais que têm estado a recuperar? Vai passá-los para o privado?

Não acredito naquilo que se diz, que 'o Estado é um mau gestor'. Depende muito da disciplina que for imposta. Na verdade, em qualquer parte do mundo, o Estado não tem nada de se preocupar com a vida do dia-a-dia. O Estado define políticas e estratégias, concebe planos e discute e transforma as ideias dos privados. Aquilo que o Estado, por sua própria iniciativa, tenha concebido como fábrica chega a certa altura e, depois, passa para o privado. O Estado constrói as infraestruturas, dedica a sua atenção para esse tipo de projecto estruturante e deixa o espaço ao privado. É assim que algumas indústrias, inclusive as que se encontram paralisadas, deverão passar para o privado que efectivamente tenha capacidade de continuar ou melhorar a operacionalidade dessas fábricas. Portanto, esse privado deve encontrar formas de financiamento, tanto de investimentos, como das operações e garantir a gestão dessas unidades.

E há prioridades do que vai passar para o privado?

Tudo o que não seja estratégico, em princípio, passa para o privado. Embora sejam projectos de interesse público é importante que o privado assuma o seu papel e que deixe o Estado assumir também o seu papel de decisor de políticas, normas, legislação e de estratégia de planos.

Que tipo de projectos o Estado considera estratégicos?

Na indústria, por exemplo, é possível que o privado venha a assumir tudo. Não há nada que, por definição, tenha de estar com o Estado. O que é estratégico para o Estado é a emissão da moeda, a questão dos bancos, dos aeroportos, por exemplo.

No quadro do processo de industrialização chama igualmente à atenção a questão dos pólos industriais. Como avalia a implementação desse macroprojecto?

Os pólos são, por definição, áreas que geograficamente são equipadas com infraestruturas e depois a gestão pode ser assumida por um privado. Mas enquanto o Estado não delegar a um privado, o Estado ainda é o operador. Em relação a isso, não há uma decisão do Estado que dite que a gestão passa para o privado.

Ainda não temos essa orientação. Foi feito um estudo exaustivo através da rede dos pólos de desenvolvimento industrial, em que foi apresentada uma proposta de modelo de gestão, mas ainda não temos uma resposta por parte das estruturas superiores, nomeadamente do Conselho de Ministros e do chefe de Estado. Estamos a aguardar.

Precisamos que seja definida uma orientação nesse sentido, mas até aqui podemos dizer que já há alguns casos. Há um precedente, no Fútila, por exemplo, devido aos trabalhos que foram paralisados pela anterior construtora e com a dificuldade que tivemos

O sector industrial deveria ter uma participação acima dos 10% no PIB. Mas hoje ainda não conseguimos atingir essa média, devido a vicissitudes que caracterizam a nossa economia

Se ultrapassarmos a questão da aquisição de divisas e colocarmos as indústrias a operar normalmente podemos chegar quase aos 7% de crescimento

em ver essa situação ultrapassada financeiramente, foi definida, a nível superior, que a construção das infraestruturas, numa área de 112 hectares, fosse assumida por um privado. É possível que outros projectos sigam o mesmo caminho.

Quem é o investidor privado que assumiu essa responsabilidade?

É uma empresa que foi indicada. Aliás, temos o Fundo Soberano que ficou a assumir esse papel de recuperar as infraestruturas que foram interrompidas por falta de capacidade financeira. E isso é de domínio público.

Qual é o ponto de situação dos outros pólos?

Os pólos começaram a ser criados em 2008. A política foi aprovada pela resolução número 1/98 de 10 de Março. Nessa altura, foi também conferida a competência aos ministros da Indústria e das Finanças para criarem sociedades de pólos de desenvolvimento industrial. Estas sociedades são gestoras dos perímetros que chamamos pólos de desenvolvimento industrial. Temos constituídos o pólo de desenvolvimento industrial de Viana, de Catumbela, em diferentes estágios de operacionalidade. Temos ainda o pólo de desenvolvimento industrial de Fútila, em Cabinda. Os pólos de Viana, em Luanda, e de Catumbela que iniciaram em 1998, não tinham e ainda hoje não têm infraestruturas para poderem funcionar.

Foi por pressão dos próprios industriais, uma vez informados da decisão do Conselho de Ministros de criar estes projectos que decidiram instalar-se mesmo nas condições em que se encontravam. Foi feito o desenho, o licenciamento, mas não havia infraestruturas. Acreditaram no futuro e, com meios e capitais próprios, conseguiram instalar-se e hoje estão a operar.

Qual é a extensão de cada um destes projectos?

Em Luanda, em Viana, o pólo possui uma área de mais de 2.085 hectares numa área inicial de seis mil hectares. A outra parte ficou para a Zona Económica Especial. Na Catumbela são 2.700 hectares, em duas fases, sendo 272 hectares no Lobito e 1.805 para quem sai do hospital de Catumbela para Benguela. Mas esses espaços todos, quer de Benguela, quer de Viana, estão esgotados.

Na Fútila, fez-se algo diferente. Não abrimos mão aos locatários que pediam espaço. Havia já um estudo locatário, mas preferimos não abrir mão. Estamos informados de que muitos deles se instalaram fora daquele perímetro. Estamos a negociar com alguma indústria de Malombo, do sector petrolífero, no sentido de transitar para o pólo de Fútila. Na área do Fútila, há um total de 2.345 hectares, mas os trabalhos estão a incidir numa área de 112 hectares para esta fase A.

Depois há mais sete pólos recém-definidos como áreas onde preten-

Mário Muijates © VE



PERFIL

Nomeado secretário de Estado da Indústria, em Fevereiro de 2010, no âmbito da reformulação da nova Constituição da República, Kiala Ngone Gabriel é economista, tendo concluído a sua formação superior na Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, onde obteve a licenciatura em Ciências Económicas, em 1982. Antes das actuais funções, em Outubro de 2008, tinha sido nomeado vice-ministro da Indústria. Alguns anos antes, em 1999, foi membro do grupo técnico de apoio ao Conselho de Ministros, depois de ter terminado as funções de director-geral do Instituto de Desenvolvimento Industrial (IDIA), exercida entre 1995 e 1999. É actualmente o ponto de contacto do sector da Indústria para a SADC e coordenador do Comité Nacional do sub-comité de ministros do Comércio, Indústria, Finanças, Investimento e Minas. Kiala Gabriel tem participado ainda, com frequência, nas negociações do Acordo de Parceria Económica entre a União Europeia e os Estados membros da SADC.

“Estamos a prever que, com as fábricas de cimento projectadas, poderemos chegar aos oito milhões de toneladas até 2017.”

“Em termos de participação no PIB hoje estamos ainda muito distante do esperado, na ordem dos 3,4%.”

demos também lançar actividades produtivas. Estes pólos são nomeadamente o do Kuando-Kubango, Kwanza-Sul (Porto Amboim), Huambo (Caala), Dondo, Negage, Uige, Soyo e Saurimo.

Existe já alguma actividade produtiva nestes pólos?

Ainda não! São projectos que foram agora submetidos a concurso público para a sua construção com recurso à linha de crédito da China. Se o momento for propício, é possível que haja uma orientação no sentido de se materializar o investimento. Pode ser um projecto que vá adiante, mas isso é uma decisão que nos ultrapassa.

Em que pé está o projecto que prevê a realização de um censo industrial?

Este projecto foi autorizado em 2013 e, na altura, foi um sucesso. Esperávamos recensear cerca de três mil unidades, mas passámos esse número. Até há ainda unidades industriais por recensear no sector informal. Podemos dizer que, à medida que esses industriais forem sendo sensibilizados, vão poder passar para o sector formal. Temos um programa a que chamamos Pesquisa de Produção Industrial Base Mensal.

Hoje o número de unidades industriais registadas deve ultrapassar as 600 e essa é a única forma que temos de dar o nosso apoio institucional.

Aquelas indústrias que vão nascendo, em caso de necessidade de apoio institucional, não hesitamos em dar ajuda. Aquelas indústrias de que não temos registo, primeiro, têm de se registar nessa base electrónica, que não cria dificuldades ao industrial no preenchimento do formulário na versão electrónica, mandar para o nosso GEPE e logo fica o registo nessa unidade. Este tipo de apoio institucional, como, por exemplo, na compra de divisas, emissão de vistos, entre outros, são as vias que temos para ajudar os industriais. Uma indústria que não esteja inscrita nesse sistema dificilmente terá esse tipo de apoio institucional.

Quanto ao contributo do sector para o PIB...

Conforme o PND 2013-2017, temos uma média de participação no PIB



Mário Mujites © VE

acima dos 10%. Mas hoje ainda não conseguimos atingir essa média, devido a vicissitudes que caracterizam a nossa economia.

Mas acreditamos que se ultrapassarmos, por exemplo, a questão da aquisição de divisas e colocarmos as indústrias a operar normalmente podemos chegar quase aos 7% de crescimento. Em termos de participação no PIB hoje estamos ainda muito distante do esperado, na ordem dos 3,4%.

Qual tem sido a principal ori-

gem do investimento privado no sector?

Difícilmente consigo responder a essa questão, porque temos dois escalões. A nova legislação, sobre o investimento privado, constituiu um progresso enorme, em termos de acompanhamento do processo de investimento privado.

Nunca tivemos tão perto de um investidor como agora, graças à nova política assumida pelo Governo que determina que os departamentos ministeriais devem acompanhar, promover e con-

2008

Ano em que começaram a ser criados, os Pólos de Desenvolvimento Industrial.

2,7

Mil hectares é a extensão total do Pólo Industrial de Catumbela, em Benguela. Este pólo está dividido em duas partes, sendo 272 hectares no Lobito e 1.805 na Catumbela.

32

Milhões de dólares é o volume de investimento privado aplicado na Indústria no primeiro trimestre deste ano, resultante da aprovação de três projectos.

primeiro trimestre deste ano. Estamos a falar de investimentos na ordem dos 37,9 mil dólares que a indústria já registou através da nossa UTAIP (Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado). Se juntarmos aos 312.672 milhões de dólares de investimento privado que vem da UTIP (Unidade Técnica de Investimento Privado), podemos dizer que hoje o volume de investimento ronda os 351 milhões de dólares no primeiro trimestre deste ano.

Em relação aos postos de trabalhos, a partir da UTIP, estão garantidos pelo menos 3.362 novos postos de trabalho. Se olharmos para os investimentos abaixo dos 10 milhões de dólares, podemos dizer que o número é na ordem dos 1.414 postos de trabalho. No que respeita às áreas de investimentos, o destaque recai para a metalomecânica, indústria têxtil, materiais de construção, indústria química, cimentos, estruturas metálicas e as bebidas.

Que apelo pode deixar aos industriais?

Quero lançar um apelo àqueles que estejam interessados em colocar o seu capital no mercado angolano. Dizer que só ficam a ganhar. Há muitas oportunidades aqui no país. É aquilo que se diz, que as dificuldades de um determinado país se podem tornar em oportunidade para quem queira investir. Por isso, fica o nosso apelo a quem acredita no futuro deste país. A situação que estamos a viver é conjuntural.

Já tivemos situações de crise e conseguimos suplantar. Não será desta vez que não conseguiremos ultrapassar.

Por isso, é que existem todos estes programas dirigidos. O Estado está atento e optou por esta modalidade.

Apostou naquele que de facto tem vontade e acredita nesse país e que já alocou capitais para a realização de operações. E que, só vai ganhar com esse acto de coragem. Quem investe em Angola pode também um dia tornar-se num exportador para o mercado da SADC com mais 270 milhões de habitantes. Angola está à procura de formas de abrir a zona de comércio livre, mas também oferecendo (e não apenas a receber) para poder garantir a entrada de divisas.

Economia/Política

PROJECTO AVALIADO EM MAIS DE 400 MILHÕES USD

Geologia ‘promete’ criar milhares de empregos apesar da crise

MINAS. Pelo menos 18 mil toneladas de ferro/ano começam a ser produzidas ainda este ano no Kuando-Kubango, segundo o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz. Apesar da crise, o Plano Nacional de Geologia segue o curso.

Por António Miguel

O Plano Nacional de Geologia (Planageo) não está a ser afectado pela crise financeira que o país enfrenta, como tem acontecido com outros projectos governamentais, graças a financiamentos externos. Embora tenha registado atrasos, o Planageo, que tem um custo global de 405 milhões de dólares, encontra-se já na sua fase final de levantamento aero-geofísico, com o termo previsto para 2018 (antes previsto para 2017).

“O Planageo estava a ser financiado com recursos ordinários do Tesouro Nacional. Quando estes diminuíram houve necessidade de encontrar soluções alternativas de financiamento, que neste momento estão equacionadas, que comportam linhas de financiamento de Estado a Estado”, afirmou o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.

Segundo o governante, embora os dados interpretados correspondam apenas a oito blocos, dos 22 blocos previstos, 18 já foram sobrevoados tendo produzido 973 anomalias (possível existência de minérios). Basta um por cento das anomalias detectadas, para a constituição de uma grande mina, e prevê-se a existência de mais de três mil anomalias, quando 100% do território for interpretado. Actualmente as análises andam em torno dos 30%.

O ministro da Geologia e Minas deu conta ainda de que o projecto de

exploração de ferro gusa na localidade do Cutato, no Kuando-Kubango, arranca este ano e prevê produzir cerca de 18 mil toneladas/ano, enquanto o Projecto Mineiro de Cassinga, na Huíla, vai produzir cerca de 1.700 toneladas de ferro a partir de 2017. Em 2018 está prevista a entrada em funcionamento da mina do projecto Luache, na Lunda-Sul. Com estes projectos, cujo investimento ronda os 250 milhões de dólares, está prevista a criação de 3.500 empregos. Existe ainda o projecto de exploração de fosfato, no Lucunga, no Zaire, com arranque previsto para finais deste ano, que mobilizará também um investimento de 250 milhões de dólares, prevendo gerar 300 empregos.

De acordo com o ministro Francisco Queiroz, a mina do Luache vai permitir duplicar a produção de diamantes da mina de Catoca, que anda a volta dos nove milhões de quilates por ano. Será a maior mina de diamantes de Angola e uma das maiores do mundo, com investimentos previstos em torno dos 800 milhões de dólares e 2.500 novos empregos.

O sector diamantífero contribui para as contas do Estado com cerca de 120 milhões de dólares por ano, através de receitas tributárias. O ministro acredita que a curto prazo, os diamantes poderão ganhar um papel mais acentuado na economia do país. “Estes novos projectos podem dar lugar a uma

alteração na estrutura da nossa economia, e conferir ao sector mineiro uma grande relevância em termos de contribuição para a arrecadação de receitas fiscais e alteração da estrutura financeira do país”, afirmou o ministro. O governante informou também sobre a recuperação, pela Endiama, de todo o acervo geológico do país que se encontrava em posse da Sociedade Portuguesa de Empreendimentos

(SPE) e que é propriedade do Estado angolano. Em relação à exploração de ouro, Francisco Queiroz afirmou que deverá começar na Huíla, a partir de 2018. Espera-se que a produção renda ao Estado cerca de 288 milhões de dólares por ano, e que poderá criar 300 postos de trabalho. “O investidor estrangeiro poderá participar com um terço do investi-

mento no sector mineiro e os restantes dois terços reserva-se a nacionais”, afirmou Francisco Queiroz.

Via online, analistas e investidores do grupo “Gestores e Empreendedores Angolanos” comentaram as palavras do responsável das minas, questionando o interesse que pode gerar um investimento cujo retorno ‘capado’ a 30% e simultaneamente sublinhando o valor da informação colhida pelo Planageo.



CHUMBO

O chumbo é um metal tóxico, pesado, macio, maleável e mau condutor de eletricidade. É usado na construção civil, produção de baterias de ácido, em munições, proteção contra raios-X e raios

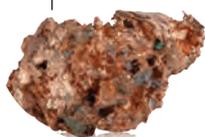


FERRO

Após passar por um processo de limpeza e purificação, o minério de ferro é levado para fornos de alta temperatura nas siderúrgicas. Neste processo ele é transformado em ferro gusa, de consistência dura, porém quebradiça. O ferro gusa

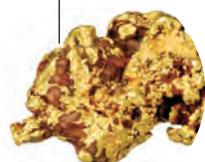
COBRE

O cobre, em sua forma metálica, apresenta alta durabilidade, boa resistência à corrosão, boa maleabilidade e ductilidade. Essas duas últimas propriedades fazem dele um metal diferenciado, pois, normalmente, os metais resistentes não são maleáveis. O cobre pode ser transformado em fios, lâminas, entre outros. O metal se converteu em elemento de primeira necessidade, pois,



OURO

O ouro é utilizado de forma generalizada em joalheria, indústria e eletrônica, fabricação de moeda, bem como reserva de valor. Resistente à corrosão, é um metal de transição brilhante, denso, maleável, dúctil (trivalente e univalente) que não reage com a maioria dos produtos químicos, mas é



URÂNIO

O urânio é um elemento químico encontrado na natureza. Do urânio retirado da mina, em forma de rocha, 99,3% é do tipo (ou “isótopo”) 238, o mais comum. O



DIAMANTE

O diamante é conhecido por ser a pedra mais dura e mais resistente. A palavra “diamante” é derivada de uma palavra grega que significa “inconquistável”. O diamante pelo seu grau de dureza é usado para diversos propósitos: cortar ferro e aço, serrar pedras, polir, moer e raspar diversos tipos de instrumentos. O diamante é ainda utilizado para produção de jóias.



O diamante continua a ser o único mineiro explorado no sobsolo de angolano, embora hajam outros. O objectivo do Plano Nacional de Geologia (Planageo) é identificar que recursos minerais o país dispõe, em que quantidade, bem como a sua localização. O ouro e ferro, já identificados, na Huíla e Kuando-kubango, começam a ser explorados nos próximos 12 meses.



A 5ª. REGIÃO da Administração Geral Tributária (AGT), no Namibe, vai, a partir deste mês, intensificar junto das comunidades as campanhas de sensibilização sobre o pagamento de impostos.



O INSUFICIENTE número de fiscais e a falta de viaturas, está a dificultar o trabalho de inspeção do INADEC, no Cunene, revelou o director local da instituição, Bernardo Hilundilwa.

3 Minerais mais raros e valiosos do mundo

● BENITOÍTE

A benitoíte é uma rocha com coloração quase sempre azulada que pertence ao grupo dos ciclosilicatos, e foi descrita no início do século XX, pouco depois de sua descoberta. A raridade desse belo mineral que você acabou de ver na imagem acima se deve ao fato de ele ter sido encontrado em quantidades bem limitadas apenas em algumas áreas dos EUA e do Japão.

● GRANDIDIERITE

Descoberta apenas em 1902, a grandidierite é um mineral de coloração azul-esverdeada que pode ser encontrado quase que exclusivamente em Madagascar. Até hoje apenas um único exemplar facetado puro foi recuperado, só que no Sri Lanka.

● POUDRETTEITE

Apenas pequenos cristais foram encontrados, e esse mineral só foi reconhecido como "nova espécie" no final dos anos 80, no Canadá.

A poudretteite só foi descrita cientificamente em 2003 e, segundo os geólogos, são pouquíssimas as pessoas que sequer ouviram falar dela. A maior jeremejevita facetada do mundo conta com 60 quilates, o que equivale a aproximadamente 12 gramas.

4º



● MUSGRAVITA

A musgravita foi descoberta no final da década de 1960 na serra de Musgrave, localizada na Austrália, e foi a partir daí que o mineral recebeu o seu nome. Pequenas quantidades dele também já foram encontradas em Madagascar e na Groelândia, mas foi só em meados dos anos 90 que o primeiro exemplar com pureza e tamanho suficiente para lapidação foi recuperado. Aliás, até 2005, existiam apenas oito gemas de musgravita no mundo.

● DIAMANTE VERMELHO

Apesar de ser possível obter diamantes sintéticos de várias tonalidades, essas gemas também ocorrem em outras colorações – além da incolor com a qual estamos mais acostumados – na natureza. O maior exemplar que existe no mundo, o "Moussaieff Vermelho", conta com meros 5.11 quilates – ou o equivalente a 1 grama –, e foi obtido e polido a partir de um cristal de 13.9 quilates descoberto no Brasil.



● BERÍLIO VERMELHO

Só é possível encontrar o berílio vermelho em algumas regiões dos estados de Utah e do Novo México, nos EUA, e sua obtenção, além de ser extremamente difícil, é financeiramente pouco vantajosa. Algumas estimativas apontaram que – considerando minerais com qualidade semelhante – existem cerca de 8 mil vezes mais rubis do que berílios vermelhos no mundo, portanto, não é de se estranhar que o seu valor ronde os US\$ 10 mil por quilate de rocha cortada

MEMORIZE

● **Planageo** destina-se à identificação das potencialidades para exploração de recursos minerais do país. A China e a Espanha são os dois parceiros de Angola nesta empreitada, mas o Governo aguarda por um terceiro país que possa abrir outra linha de financiamento do programa, de acordo com o ministro. 2018 é a nova previsão do término do Plano Nacional de Geologia, previsto inicialmente para 2017.

18

Dos 22 blocos já foram sobrevoado, tendo produzido já 973 anomalias (possíveis existência de mineiro).

PUB

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center
(+244) 947 992 829
(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Economia/Política

MINISTRO DOS PETRÓLEOS EM VIENA DEFENDE

“60 dólares o barril, bom para produtores e consumidores”

PETRÓLEO Terminou a tão antecipada reunião dos produtores de petróleo sem chegar a um acordo sobre cortes na produção de petróleo, continuando assim com a sua recente uma política de não fazer nada para tentar influenciar o preço do crude.

Por Cândido Mendes

Botelho de Vasconcelos, em declarações à imprensa, em Viena, à margem da reunião da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), defendeu a necessidade de haver consensos no grupo. Em nome de Angola, um dos países mais abalados pela queda do crude, o ministro defendeu um preço de 60 USD por barril como “bom” para produtores e consumidores. O país produz actualmente 1,75 milhões de barris diários e é actualmente o maior produtor africano.

Membros da organização arrastaram o cartel para a não tomada de decisão a favor do regresso às quotas de produção afirmando que ‘o

mercado está reequilibrar-se por si mesmo’, citando aumento de demanda nos Estados Unidos, Índia e outros grandes consumidores mundiais.

Apontaram também como justificação a queda da produção nos EUA, onde a produção do petróleo de xisto caiu sob o peso dos preços baixos.

A rivalidade Arábia Saudita versus Irão também ajudou matar qualquer acordo, com o segundo a tomar uma posição firme contra qualquer decisão que limite a sua produção, posição que defende com a necessidade de recuperação económica após o fim das sanções ocidentais.

Até Dezembro do ano passado, a OPEP tinha um tecto de produção de 30 milhões de barris por dia com quotas estabelecidas para cada país proporcionalmente à sua capacidade de produção. A Angola cabia um decréscimo de 1,66 milhões de barris. No entanto a ideia generalizada era a de que os países não cumpriam rigorosamente os limites.

1,66

Milhões de barris de petróleo é o corte que cabia a Angola

80%

Subida registada no preço do petróleo nos últimos meses.

As recentes quedas do preço do crude fizeram muitos membros defender a ideia de que se devia reduzir a produção para influenciar o preço a subir, posição também apoiada por Angola e já várias vezes manifestada pelo ministro do pelouro, José Maria Botelho de Vasconcelos.



Botelho de Vasconcelos, ministro dos Petróleos

Alguns membros mostraram-se ‘furiosos’ com a “falta de acção” do grupo, e dizem que este é um “novo teste” para a relevância do grupo no mercado do crude. A OPEP controla 40% da produção mundial.

“A nossa preocupação é com uma estabilidade do mercado a longo prazo, uma oferta abundante e a satisfação da crescente demanda,” disse antes da reunião o ministro de energia da Arábia Saudita, Khalid al-Falih. “Não queremos choques no petróleo que de qualquer forma venham contribuir para o abrandamento da economia global.”

O preço do petróleo subiu cerca de 80% ao longo dos últimos meses. Fora da OPEP havia pouca pressão sobre a Organização para agir de

forma significativa para reduzir o excesso de oferta mundial de crude.

O mercado de futuros de Londres registou uma subida no preço de crude de 0,3% no fim do encontro, segundo analistas, uma “prova” de que a reunião não teve qualquer impacto no mercado.

Analistas acreditam agora que a OPEP tem pouca escolha, senão produzir tanto quanto possível, já que as tensões geopolíticas entre Arábia Saudita e Irão impediram a materialização de um acordo.

Entretanto o Gabão foi readmitido na Organização como 14º membro, 20 anos após ter saído. Com uma produção de 240.000 barris por dia, Gabão será o menor produtor do grupo



Avaliação do FMI já vai no sexto dia

Uma equipa do Fundo Monetário Internacional (FMI), trabalha, desde 01 de Junho, em Luanda, para reuniões com as autoridades angolanas, visando avaliar o montante da assistência financeira a prestar a Angola.

“O grande objectivo desta missão é prosseguir as conversações sobre os principais componentes de um pacote de reformas que ajudaria a acelerar a diversificação da economia, salvaguardando a estabilidade macro-económica e financeira”, segundo um comunicado do Ministério das Finanças.



CFM ‘acelera’ transporte de madeira

O processo de transportação de madeira, em grande escala, entre a província do Kuando Kubango e o Porto do Namibe, passando pela cidade do Lubango (Huila), deverá arrancar dentro de duas semanas, revelou, sexta-feira, o presidente do conselho da administração do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM), Daniel Qui-paxe, citado pela Angop.

O gestor acredita que a concretização da operação vai aumentar as receitas para os cofres do Estado. Por isso, a empresa está a trabalhar com os operadores no sentido de estabelecer os contratos de transportação do produto.

**VEJA O PACOTE MINI
DURANTE 2 SEMANAS**

zap
A minha TV

POR APENAS

1.000 AKZ

**CARREGAR A ZAP
TÁ FÁCIL!**

Saiba mais
numa loja ou agente
autorizado ZAP.

**CARREGAMENTO TÁ FÁCIL DISPONÍVEL APENAS
NAS LOJAS ZAP OU AGENTES AUTORIZADOS
COM RECARGA ELECTRÓNICA.**



LIGUE
935 555 500

apoio.cliente@zap.co.ao

Todos os dias, incluindo feriados,
das 7:00 as 24:00

Visite-nos em www.zap.co.ao e siga-nos



Economia/Política



O Papagro, que pretendia facilitar a venda de produtos do campo, está a desiludir os camponeses

PROGRAMA DO MINCO REAJUSTADO NO INÍCIO DO ANO

Papagro consumiu 515 milhões de dólares em três anos

AGRICULTURA. A primeira fase do PAPAGRO apresentou sérias debilidades. O programa foi entregue a cooperativas e a associações de camponeses.

Por José Zangui

O Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuarios (PAPAGRO), lançado em 2013, já investiu 515 milhões de dólares na aquisição de produtos do campo, sendo 15 milhões de dólares iniciais até 2015 e um acréscimo na ordem de 500 milhões USD, efectuado este ano, no âmbito de um acordo entre o Ministério do Comércio e o BPC.

Desde cedo começaram as reclamações por parte dos camponeses que se queixavam sobretudo da morosidade no atendimento e atraso nos pagamentos.

Os preços estipulados pelo

Governo tornaram-se outro factor de insatisfação para os agricultores, já que, a título de exemplo, para um quilo de batata, o Papagro pagava abaixo de 80 kwanzas, contra os 100 praticados no mercado informal.

Por altura do lançamento, o transporte de produtos para os locais de armazenamento e centros de distribuição era feito pelo agricultor, com recurso a meios próprios. Muitos passavam noites a céu aberto, à espera de vez. As horas tornavam-se dias, os dias em semanas, que depois chegavam a meses sem receberem os pagamentos por via do Papagro. Segundo cálculos de algumas associações de camponeses, as esperas resultaram em perdas de cerca de 40% da produção. A então ministra do Comércio, Rosa Pacavira, admitiu “certas lacunas” no programa e “a necessidade de se efectuarem correcções”.

O director do Gabinete de

15

milhões de kwanzas foi o investimento inicial, em 2013, do Papagro.

MEMORIZE

- Os agentes logísticos rurais, cooperativas e associações, receberam, no âmbito do Papagro, do Banco de Poupança e Crédito (BPC) cheques de valores entre 500 mil kwanzas e um milhão de kwanzas. Foram atribuídos também camiões, a título de crédito.

Privatizado, mas sem resultados à vista

Este ano, o Governo sentiu-se ‘forçado’ a passar a gestão do programa a entidades privadas e o Banco de Poupança e Crédito (BPC) a injectar mais dinheiro, depois de meses de reclamações. Para manter o programa, foi assinado um acordo financeiro de três anos renováveis por igual período entre o Ministério do Comércio e o BPC, avaliado em 500 milhões de dólares. O novo modelo do Papagro prevê a operacionalização por parte de entidades privadas (cooperativas e associações), financiadas pelo BPC, e contempla um canal de escoamento de produtos agropecuários do campo para os centros urbanos.

Os beneficiários ou ‘agentes logísticos rurais’, como são designados, receberam do BPC cheques no valor entre 500 mil kwanzas e um milhão de kwanzas, a título de crédito e camiões para facilitação do escoamento. São os agentes que agora compram aos camponeses e vendem às grandes superfícies comerciais. Desta feita, os agricultores não têm necessidade de deixar as suas localidades e a observância da cadeia comercial mantém-se.

Estudo, Planeamento e Estatísticas do Ministério do Comércio, Porfírio Muacassange afirmou que “os 15 milhões de dólares iniciais mostraram-se insuficientes” e, para funcionar, o projecto necessitaria de 100 milhões de dólares”.

A criação de feiras de fim-de-semana por parte do Ministério do

Comércio foi entendida como concorrência à actividade dos agricultores que pediam o melhoramento do circuito de abastecimento aos supermercados. Das 300 mil famílias camponesas que o programa previa abranger, na altura do lançamento em 2013, apenas 140 mil foram integradas, ou seja, menos de 50%.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



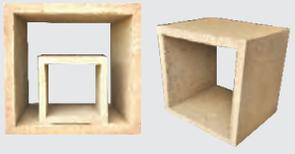
✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Mercado & Finanças



PREVISÕES DA BMI ATÉ AO FIM DO ANO

Taxa BNA pode atingir os 16%

REGULAÇÃO. O Banco Nacional de Angola deverá ver-se obrigado a mexer outra vez na taxa básica de referência, após a última alteração em Abril que a fixou nos 14%, segundo estima a BMI Research, unidade de estudos da Fitch.

Por Cândido Mendes

A taxa básica de juros, a Taxa BNA, deverá atingir os 16% até ao fim do ano, avança a unidade de análise da Fitch que justifica a previsível subida com a “persistente inflação”, provocada pela escassez de bens alimentares, por conta da queda nas importações.

Discutida na última reunião do Comité de Política Monetária do BNA, a 29 de Abril, a taxa de referência registou a última mexida em Março, quando saltou dos 12% para os actuais 14%, a maior subida desde que foi constituída em 2011. Em finais de Maio, estava prevista mais uma reunião do Comité de Política Monetária, em que a taxa básica seria reavaliada, no entanto, não houve confirmação pública de que tenha acontecido e, contactado, o BNA não se mostrou disponível a comentar o assunto.

O aumento da taxa de juro, na apreciação de vários observadores internacionais, além de enviar um

sinal positivo aos investidores e ao Fundo Monetário Internacional, com o qual Angola negocia um acordo de apoio financeiro e técnico, serve também para mostrar que o BNA está empenhado em devolver estabilidade de preços à economia nacional. Segundo notam, a subida da taxa de referência oferece apoio ao kwanza, enquanto o aumento dos spreads, comparado com os mercados desenvolvidos, torna o país mais apetecível para se fazer negócios. Isto significa que para o resto do ano, Angola pode ver alguma estabilidade da moeda, mas, mesmo assim, “é improvável que o incremento de taxas tenha impacto real no controlo da inflação”, porque o BNA não controla o principal condutor da inflação, nesta fase: a escassez de alimentos.

Num comunicado enviado por e-mail, que se junta ao seu relatório mais recente, cujos resultados parciais foram divulgados na última edição do VALOR, a BMI Research nota que a posição fiscal de Angola vai melhorar em 2016, na medida em que o Governo se compromete com revisões do orçamento para conter os gastos e o mercado de petróleo regista uma recuperação mais robusta do que anteriormente se esperava.

Nas contas da unidade de estudos da agência de notação Fitch’s

14%

Taxa de juro de reeferência do BNA actual, a maior desde 2011.

2,6%

Percentagem estimada pela Fitch para o crescimento do sector da construção.

MEMORIZE

- **UMA NOTA POSITIVA** recai sobre a “prudência fiscal em curso” que deve agradar os investidores externos, garantindo-lhes que o governo está a tomar as medidas necessárias para facilitar o crescimento estável e gerir as suas obrigações de reembolso da “substancial” dívida.

Ratings, o défice poderá cifrar-se à volta de 4,3% em relação ao PIB neste ano, uma “redução significativa” após um pico estimado de 8,7% do PIB em 2015.

“Apesar de incorrer em grandes défices nos anos mais recentes, estamos confiantes de que o governo irá tomar medidas significativas para reduzir os gastos orçamentais ao longo de 2016, o que implica o início de uma recuperação no equilíbrio fiscal do país,” diz a BMI. A taxa de inflação acumulada está nos 23,6% e poderá baixar até 19% de acordo com BMI.

DÍVIDA UM PERIGO À ECONOMIA

O Governo tem observado uma contenção de despesas orçamentais desde que as receitas fiscais baixaram grandemente na esteira da queda dos preços do crude no mercado internacional e a BMI prevê que a contenção continue ao longo dos próximos 12 meses. No entanto, o Executivo tem estado também a contrair uma “pesada dívida”, que, na opinião da agência, continuará a ser uma ameaça para a estabilidade económica. Entre as várias dívidas que Angola contraiu, entre as quais empréstimos entre Estados, destaca-se a emissão inaugural de eurobonds, no valor de 1,5 mil milhões USD, em finais de 2015. As negocia-

ções em curso com o FMI poderão resultar em outro crédito de 1,5 mil milhões USD, montante que Angola solicitou, segundo BMI.

A diretora da Unidade de Gestão da Dívida, Angélica Paquete, disse recentemente que a dívida angolana “é sustentável” e encontra-se dentro dos 60% do PIB estabelecidos por lei. Mas os custos do serviço da dívida do país são dos mais altos na África Subsaariana, que, nas contas da BMI, representam entre 20% e mais de 35% das receitas do Governo em 2016.

Tanto o corte de despesas como a recuperação da economia indicam que Angola não faltará ao pagamento da dívida, mas, ainda assim, esta encontra-se em “território perigoso”, de acordo com as diretrizes de sustentabilidade da dívida do FMI.

Uma nota positiva recai sobre a “prudência fiscal em curso” que deve agradar os investidores externos, garantindo-lhes que o governo está a tomar as medidas necessárias para facilitar o crescimento estável e gerir as suas obrigações de reembolso da “substancial” dívida. No entanto, os esforços de redução do défice fiscal vão pesar sobre os investimentos públicos, mormente o desenvolvimento de infraestruturas ao longo dos próximos dois anos. Assim espera-se um crescimento de apenas 2,6% do sector de construção.



A EMISSÃO DE BILHETES e Obrigações do Tesouro pelo Banco Nacional de Angola situou-se, nos primeiros três meses do ano, acima dos 327 mil milhões Kz, um avanço de 44% face ao período homólogo, revelam dados do banco central.



O MILLENNIUM BCP, accionista português do banco angolano Millennium Atlântico, está cada vez mais perto de efectivar a proposta de compra do Novo Banco, havendo já sinais de sua participação no processo de venda.

SOBE PARA 20 O NÚMERO DE SEGURADORAS EM ANGOLA

ARSEG dá 'luz verde' a dois novos players dos seguros

MERCADO SEGURADOR. Providência Royal Seguros e Fortaleza Seguros são os dois novos operadores do mercado segurador angolano elevando para 20 o número de entidades já licenciadas a operar em Angola. Seguro de Saúde e automóvel vão estar entre as prioridades dos novos players.

A Agência de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) licenciou, entre Janeiro e Abril deste ano, duas novas entidades do sector. Trata-se das empresas Providência Royal Seguros e a Fortaleza Companhia de Seguros que passam a integrar o grupo de 18 seguradoras já licenciadas.

De acordo com a lista de seguradoras autorizadas, os licenciamentos da Royal Seguros e da Fortaleza Seguros seguiram-se aos da Bonws Seguros, Bic Seguros e da Liberty & Trevo Companhia de Seguros.

Ao VALOR, a administração da Royal Seguros explicou que a entrada no mercado angolano representa a diversificação dos investimentos do grupo do qual a Royal é subsidiária – o grupo AGENFOR – com enfoque na área da saúde que é, na visão do presidente do conselho de administração (PCA) da empresa, a prioridade entre os serviços a oferecer.

“O lançamento da Royal Seguros afigura-se como forma de contribuímos para a redução das doenças endémicas que vêm surgindo nos últimos dias no país,

já que vamos estar muito focados na questão de saúde”, disse Bernardo Francisco, gestor da mais nova seguradora, que entra no mercado pelas ‘mãos’ do grupo empresarial angolano AGENFOR.

Com a entrada da Royal e da Fortaleza Seguros, o mercado angolano passa a ter 20 seguradoras, das quais se destacam as mais antigas, designadamente a ENSA, a AAA Seguros, a Nossa seguros, a Saham Angola Seguros (antiga GA), a Mundial seguros e a Global Seguros.

Sexta-feira passada foi o dia programado para apresentação oficial da Royal, apesar de ter iniciado actividade há três meses, depois de ter recebido da ARSEG a autorização para operar nos seguros.

Segundo ainda o seu PCA, que não precisou o valor do investimento, os sócios não viram no lucro o único propósito do investimento no sector dos seguros, apontando a necessidade de diversificação da actividade como justificação da concepção do projecto.

“O empresário não pode ter a ambição simplesmente do lucro. Acima de tudo, deve fazer as coisas com amor ao seu compatriota. Além de criar empregos, queremos ajudar os angolanos que padecem de alguma doença”, reforçou o empresário.



Aguinaldo Jaime, presidente da ARSEG

20

É o número total de seguradoras licenciadas e a operarem no mercado nacional.

MAIS SERVIÇOS DE SEGURADOR

Apesar do foco na saúde, Bernardo Francisco apontou o seguro de responsabilidade civil obrigatório, nomeadamente no ramo automóvel, e o de transportação de mercadorias como parte dos serviços e produtos a serem comercializados pela Royal, a par dos seguros de acidentes de trabalho.

A subsidiária da AGENFOR tem a sua sede em Viana e conta com 15 trabalhadores. Rangel, Cazenga e a zona do Zango são os próximos pontos de aberturas das agências Royal Seguros, garante a administração.

“O nosso plano de acção prevê que, depois do lançamento oficial (sexta-feira, 03/06), a abertura de mais seis agências, em função do número de municípios de Luanda”, conta Bernardo Francisco, acrescentando que as restantes províncias também poderão receber agências.

A AGENFOR é um grupo empresarial angolano que, para além do ramo do seguro, actua nos negócios da Hotelaria, medicina, através da clínica Concesp, e Educação, com o Instituto Superior Técnico de Angola (ISTA).



EM JULHO

Contribuintes pagam impostos nos 'Multicaixas'

A Administração Geral Tributária (AGT) prevê que, a partir de Julho, os agentes económicos passem a pagar as obrigações fiscais por via do serviço Multicaixa, como forma de acabar com as longas filas das várias repartições fiscais espalhadas pelo país, revelou o seu presidente do conselho de administração, Valentim Joaquim Manuel.

Em causa estão as longas filas registadas em repartições fiscais e a necessidade de modernização dos serviços tributários. Acabar com as reclamações é outra das metas da AGT que, segundo dados da entidade, já analisou 29 processos de reclamação, no valor de 791,5 milhões Kz.

“Com a implementação de novos sistemas informáticos, entraremos na fase da desmaterialização dos procedimentos fiscais e aduaneiros, em que a tramitação dos processos já não será em papel, ou pelo menos grande parte será feita online”, garante Valentim Manuel, o gestor, apontando para Julho a entrada em funcionamento da nova plataforma de pagamento de impostos.

Actualmente, e com vista a modernizar os serviços fiscais em Angola, já foram implementados vários serviços, nomeadamente a criação do portal do contribuinte e o simulador de direitos, que permite a consulta dos valores aproximados em termos de impostos e taxas a pagar por um acto de importação.

Mercado & Finanças

POR PRESSÃO DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS INTERNACIONAIS

Moeda europeia pode ‘desaparecer’ de Angola

DIVISAS. Depois do dólar, o euro pode ser a próxima moeda a escassear em Angola devido a sucessivos incumprimentos pela banca de regras prudenciais internacionais. Banco central admite haver “fragilidades” no sistema financeiro nacional. Especialistas anteveem dias de “sufoco” para o país.

Por Nelson Rodrigues

Angola arrisca-se a ver reduzidas as disponibilidades financeiras em moeda europeia se, no curto e médio prazo, não aplicar e fazer cumprir as regras prudenciais internacionais do sistema bancário, alertam ao VALOR vários especialistas da banca nacional.

De acordo com os analistas, em causa está também o incumprimento de várias regras relacionadas com a prevenção ao branqueamento de capitais e ao financiamento ao terrorismo, além dos últimos desenvolvimentos da banca nacional, caracterizados pela redução da confiança dos depositantes.

Há duas semanas, no entanto, o governador do banco central, Valter Filipe, admitiu que o país “corre o risco de ficar sem o euro”, devido ao facto de o sistema bancário angolano “estar marginalizado pelo sistema financeiro internacional”, e culpou vários grupos empresariais estran-

geiros que operam em Angola como promotores de “práticas de corrupção e financiamento do terrorismo”.

Valter Filipe anunciou, no entanto, uma estratégia que visa à recuperação imediata da credibilidade do sistema financeiro, o que vai exigir a imposição de normas prudenciais e comportamentais à banca, no que é corroborado por vários analistas.

Um dos inquiridos é o economista Alves da Rocha que não tem dúvidas de que o país poderá ter dificuldade no acesso ao euro e ao investimento estrangeiro de origem europeia, se o Governo não adequar, a curto e médio prazo, as regras do sistema bancário

nacional às do Banco Central Europeu (BCE).

“Isso terá consequências na alguma alteração da estrutura bancária angolana, nomeadamente em termos de fluxos comerciais e económicos entre Angola e outros países do espaço europeu. Os fluxos comerciais são feitos através de bancos. É para isso também que eles existem”, antevê o economista.

O consultor financeiro Galvão Branco considera, por sua vez, que o

aumento da fiscalização e responsabilização dos agentes “incumpridores” das regras prudenciais poderá ajudar a devolver estabilidade e confiança no sistema bancário e incentivar a captação de investimento estrangeiro.

“Neste momento, Angola está à margem do sistema financeiro internacional, quer ao nível do Banco Central Europeu, quer ao nível da Reserva Federal dos Estados Unidos. Os bancos norte-americanos e europeus desaconselham os investidores a fazer aplicações em Angola por não haver cumprimentos das exigências de regras prudenciais e de combate ao branqueamento de capitais”, apontou o dono da GB-Consultores.

PROBLEMAS COMPORTAMENTAIS

As dificuldades que os bancos têm em responder às solicitações de clientes e as “recorrentes faltas de sistema” nas operações bancárias constam,

segundo Galvão Branco, entre os problemas de natureza comportamental que o sistema bancário deve ultrapassar. “Temos, de facto, de fazer bem os trabalhos de casa, designadamente em matéria de regras prudenciais, além da componente comportamental interna”, apela o consultor financeiro.

Já o empresário Hironidino Garcia afirma que a solução para a estabilização do sistema financeiro angolano “não passa necessariamente pelo combate às ‘kinguilas’” e acusa os bancos como promotores da venda ilegal de moeda estrangeira.

“Os motivos da venda de divisas na rua todo o mundo sabe, os ‘kinguilas’ não são os culpados. Eles são apenas um veículo, o elo mais fraco. O dinheiro sai do banco, através de funcionários, e chega às mãos do operador informal. Os ‘kinguilas’ não vão ao banco buscar dinheiro”, analisa o líder da Associação de Jovens Empreendedores – Prestígio.

MEMORIZE

● **OS BANCOS** norte-americanos e europeus desaconselham os investidores a fazer aplicações em Angola por não haver cumprimentos das exigências de regras prudenciais e de combate ao branqueamento de capitais”, apontou o dono da GB-Consultores.





Somos todos nós



SOMOS PELA LIBERDADE DE OPINIÃO.

Na TPA acreditamos que é da expressão livre das ideias que surge a opinião de todos nós. Por isso, apresentamos 3 novos programas de informação, debate e análise onde predominam a transparência, a seriedade e a responsabilidade. Mais do que informar, queremos ouvir. Assista e participe todas as semanas, em directo na **tpa**.

www.tpa.ao



Empresas & Negócios

ISABEL DOS SANTOS NA LIDERANÇA DA PETROLÍFERA PÚBLICA

Imparidade técnica de 50 mil milhões USD põe empresária na Sonangol

PETRÓLEO. O Fortemente criticada por observadores locais, a indicação da empresária na liderança da petrolífera pública é justificada por fontes próximas ao dossier pelo trabalho da comissão de reestruturação do sector petrolífero que concluiu a apuração de uma imparidade técnica a roçar os 50 mil milhões de dólares.

Por Mateus da Graça Filho

tes consultadas pelo VALOR, após a divulgação da notícia, na última quinta-feira, que criou reações dispersas na opinião pública.

Além da identificação de vários contratos “danosos aos interesses do Estado”, a comissão liderada por Isabel dos Santos concluiu a apuração de uma imparidade técnica a roçar os 50 mil milhões de dólares, acumulados sobretudo durante a gestão de Manuel Vicente, actual vice-presidente da República.

A decisão do Presidente da República para a colocação de Isabel dos Santos na liderança da Sonangol passou a ser ponderada, após a conclusão preliminar dos trabalhos da comissão de reestruturação do sector petrolífero que revelaram “prejuízos substanciais” nos cofres da petrolífera pública, indicam fon-

As diferenças contabilísticas que já são “objecto de estudo apurado com o Ministério das Finanças”, processo iniciado no consulado do então ministro Carlos Alberto Lopes, resultam do valor dos financiamentos recebidos e dos valores investidos, comparados com o valor patrimonial de certos activos, como os incorporados pela Sonangol P&P. No caso dos contratos, além da supervalorização de alguns



Isabel dos Santos

negócios que levaram subsidiárias como a Sonangol P&P a apresentar défices de caixa superiores a quatro mil milhões de dólares, entre 2010 e 2016, “e ainda assim encontrar-se sem capacidade de produção plena”, a comissão liderada por Isabel dos Santos contabilizou cerca de 4500 consultores externos, num universo de oito mil funcionários. “É a única empresa que se deu ao luxo de pagar bolsas a muitos angolanos

e manteve-os em casa por mais de um ano, pagando salários”, ironiza a fonte, referindo-se à “gestão danosa” da petrolífera que motivou a que a subsidiária P&P mantivesse sempre uma estrutura de custos desajustada àquilo que produzia, ao operar blocos marginais, deixados por outras companhias. “É preciso lembrar também que a Sonangol não contribuía em termos fiscais até há bem pouco tempo, com excepção da

função concessionária que é exclusiva do Estado e que era assumida pela empresa”, aponta, indicando que todo o investimento feito para atingir os três milhões de barris/dia entre 2017 e 2018 “não se faz sentir, pelo contrário a produção baixou cerca de 250 mil barris/dia”. José Eduardo dos Santos terá assim mostrado agastado internamente com a alegada falta de confiança em outros nomes que ser-

REACÇÕES



Luís Nascimento, advogado

“Nunca esperei que isso se desse. O Presidente devia pelo menos ter mais respeito por todos. Não pode dizer: Eu posso eu faço e mando. É demais. Estou indignado. O Presidente tem de saber que não está a tratar da sua lavra. Este acto viola o que Angola apresenta constitucionalmente.”



Esteves Hilário, jurista

“Fomos todos apanhados de surpresa. Espero da nova gestão o que todos os angolanos esperam: que a Sonangol seja gerida com padrões e parâmetros de governança internacionais, com lisura e transparência, por ser o maior activo que o Estado tem. A falência causaria um mal às estruturas do Estado.”



José Severino, presidente da AIA

“A nomeação do novo Conselho de Administração da Sonangol EP é uma questão secundária, pois o que deve imperar, acima de tudo, é o espírito de gestão colectiva e modéstia.”



UMA SOCIEDADE ANGOLANA com sede na província da Huíla, no sul, pretende investir 1.025 milhões de dólares em projetos ligados ao sector agrícola, de moagem de cereais, produção de rações, leite, carne e açúcar, indica um decreto presidencial de 25 de Maio.



A EMPRESA CNJ – União Engenharia e Comércio prevê aplicar mais de 65 milhões de dólares para instalar, no município de Cacusó, em Malanje, uma fábrica de produção de torres para linhas de transporte de energia eléctrica, informou fonte da empresa.

Toda poderosa

Isabel dos Santos reagiu logo a seguir à divulgação do despacho presidencial, em que era nomeada PCA da Sonangol, elencando cinco objectivos imediatos: diminuir os custos de produção e otimizar recursos, aumentar a rentabilidade da empresa e os dividendos para o acionista Estado, assegurar a transparência na gestão e aplicação de standards internacionais de reporte e de governança e melhorar a relação com fornecedores e com os restantes parceiros do sector.

No entanto a sua chegada à liderança da maior empresa pública não escapou à controvérsia pública, como demonstram as declarações de vários agentes ouvidos pelo VALOR. Com o controlo da Sonangol, a empresária estende-se assim a presença sobre o sector mais importantes da economia, em que até ao momento não tinha influência efectiva. Nas telecomunicações onde mantém interesses privados com a Unitel e ZAP, e como já noticiado em primeira mão pelo VALOR, a empresária lidera o processo de reestruturação da Angola Telecom, processo que envolve um investimento superior a 400 milhões de dólares e que vai transformar a operadora pública de telefonia fixa no terceiro player da rede móvel. Na banca consolida a sua presença em quatro dos principais bancos privados. Ao BIC e ao BFA,

em que é acionista, alarga agora a influência ao BAI e ao BPA Millenium, ambos participados pela petrolífera pública. Outra área estratégica do Estado com fortes interesses da empresária é o sector mineiro, em que já se admitem reformas semelhantes às que sucederam na Sonangol, além da energia eléctrica, com ligações contratuais com a ENDE.

Fora de portas, vários observadores preveem a possibilidade de a empresária produzir movimentações na banca portuguesa, já que a Sonangol é acionista do maior banco privado português, o Millenium BCP. A imprensa portuguesa já atribuiu a Isabel dos Santos o interesse de entrar no capital do BCP, através da Santoro, a sua holding de participações financeiras, como contrapartida à sua previsível saída do BPI, onde mantém braço de ferro com os espanhóis da Caixa Bank, numa 'briga' que já envolveu uma decisão polémica do governo português, que aprovou uma lei que desblinda os estatutos do banco, alegadamente em cumprimento de directivas da Comissão Europeia.

Entre quinta e sexta-feiras, os títulos do BCP na bolsa de Lisboa reagiram negativamente à perspectiva de aumento de capital e à nomeação de Isabel dos Santos, desvalorizando 10,11%, com prejuízos nominais superiores a 150 milhões de euros.

4500

Número de consultores que Isabel dos Santos encontro na Sonangol

12

Mil milhões USD, valor do orçamento inicial da refinaria do Lobito

4

Mil milhões USD, valor estimado do défice de caixa na Sonangol P&P, entre 2010 e 2016. 2010lobo previsto foi aplicado.

viriam de alternativa, numa altura em que se diz pessoalmente empenhado na recuperação da Sonangol, tendo em conta a elevada importância estratégica da empresa na manobra das contas do Estado. “Era preciso avançar com uma posição radical, até porque, ao contrário de muita especulação, na Sonangol não há o que saquear hoje. Quem entra hoje tem, pelo contrário, como única missão recuperar a empresa”, comenta.

Em princípios de 2014, após revelações de “falência técnica” do modelo operacional da empresa, Francisco de Lemos anunciou um plano de reajustamentos dos custos de operacionais da petrolífera, inflacionados sobretudo por consultorias estrangeiras, e que incluía a revisão dos contratos mais simples. No entanto, as intenções refor-

Nova administração

A nova administração da integra uma comissão executiva presidida por Paulino Fernando de Carvalho Jerónimo. Os outros administradores executivos são César Paxi Manuel João Pedro, Eunice Paula Figueiredo de Carvalho, Edson de Brito Rodrigues dos Santos, Manuel Luís Carvalho de Lemos, João Pedro Saraiva dos Santos, Jorge de Abreu ao passo que José Gime, André Lelo e Sarju Raikundalia foram nomeados administradores não executivos.

mistas do afastado PCA não terão gerado confiança suficiente para a renegociação dos grandes contratos que “certamente vão incomodar muitos grandes interesses instalados na indústria”, esclarece a fonte. “Não foi, de certeza, uma decisão fácil, foi necessária porque a Sonangol, nesta fase, precisa de alguém capaz de discutir situações contratuais danosas de forma aberta e, sobretudo, capaz de reportar ao titular do poder executivo a informação sem qualquer manipulação, porque a recuperação desta empresa é absolutamente decisiva aos interesses do Estado”, detalha outra fonte que esclarece, de seguida, a urgência da decisão: “Uma comissão de reestruturação tem competências limitadas e há decisões que têm de ser tomadas de forma imediata, por isso optou-se pela indicação dos membros da comissão. A escolha de Isabel dos Santos é uma questão exclusiva de absoluta confiança”, insiste, reconhecendo, entretanto, o “conflito ético”, na nomeação. “Mas convém lembrar que Isabel dos Santos não será gestora executiva”, insiste.

A alegada falta de opções de José Eduardo, segundo a primeira fonte que vimos citando, adensou-se também por conta de uma avaliação geral sobre os dois consulados anteriores na Sonangol que, em mais de 17 anos, não foram capazes de viabilizar qualquer dos projectos estratégicos na

cadeia de valor do sector petrolífero. A refinaria do Lobito, por exemplo, ficou enclachada, após várias revisões do orçamento que permitiram uma redução dos 12 para os oito mil milhões de dólares, números próximos do valor que o nigeriano Aliko Dangote prevê investir na maior refinaria privada da Nigéria. Outro caso emperrado é o do projecto Angola LNG. Concebido 35% mais caro do que a sua avaliação patrimonial, foi forçado a parar por problemas técnicos de estrutura pouco mais de seis meses depois, “com prejuízos enormes, agravados agora com a baixa do preço e a falta de contratos de fornecimento”.

O atraso da base logística de armazenamento em terra; os processos de licitação opacos, como o caso Colbat, que continua no enclachado das autoridades norte-americanas; os prejuízos do investimento no pré-sal e a “displacência em relação ao on shore são outros falhanços imputados às administrações anteriores e que terão justificado o desgaste do Presidente”.

É pela “gravidade da informação” na posse de José Eduardo dos Santos pelo trabalho da comissão, como calculam as fontes do VALOR, que o vice-presidente da República já terá tomado a iniciativa, de forma oficiosa, de revelar indisponibilidade para ocupar a segunda posição na lista do MPLA que vai a votos em 2017.



Pedro Kaparakata, jurista

“A indicação de Isabel dos Santos para liderar a Sonangol EP não fere a Lei da Probidade Administrativa. Trata-se de uma empresária que vai indicada a exercer uma função numa empresa pública, porém levanta questões de ordem moral. Entendo que está em condições para dirigir qualquer uma empresa pública, não importando que seja o seu pai.”



Josino Samora, economista

“A empresária Isabel dos Santos tem muita experiência em gestão, além de estar habituada às negociações em mercados mais exigentes, tal como é o mundo do petróleo. A nível empresarial as poucas empresas angolanas internacionalizadas com sucesso, duas ou mais são detidas por Isabel dos Santos.”



Rui Malaquias, economista

“O novo conselho de administração Sonangol EP está muito bem estruturado. Trata-se de uma empresa para engenheiros, o papel central deve estar focado nestes profissionais. Nas realidades anteriores, os economistas é que detinham o papel central, agora o paradigma é mais acertado.”

Empresas & Negócios

FÁBRICAS ERAM DETIDAS PELA SONANGOL INVESTIMENTOS

Governo privatiza 53 unidades industriais na ZEE

INDÚSTRIA. Ministérios da Economia, Indústria e Finanças vão representar o Estado na alienação dos activos públicos até ao momento sob controlo da Sonangol.

Por Isabel Dinis

Pelo menos 53 unidades industriais instaladas na Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEE), detidas pela Sonangol Investimentos Industriais (SIIND), vão passar para a gestão privada, num prazo de três meses. A medida consta de um Despacho Presidencial, de 26 de Maio, que sublinha que o processo de privatização das unidades industriais tem que ver com a “necessidade de o Estado incrementar as actividades para a busca de maior inserção no mercado e consequente rentabilização” das referidas unidades industriais.

No documento, vem autorizada a transferência da totalidade das quotas representativas do capital social das 53 unidades industriais instaladas na ZEE Luanda-Bengo, a empresas privadas detentoras de capital, know/how e tecnologia suficiente para alavancar as indústrias, com vista ao “fortalecimento” da economia nacional através de processo de alienação próprio.

O despacho refere ainda que a privatização provém da necessidade de garantir que a exploração das unidades industriais possa “optimizar” a “eficiência” no aspecto produtivo, financeiro e comercial e garanta “maior receita ao estado”, “cessando o custo de manutenção

levado a cabo pelo Governo.

Informações recolhidas pelo VALOR dão conta de que das 53 unidades, 33 estão montadas, 26 das quais estão em funcionamento, o restante tem montagem por concluir ou por iniciar. As empresas em funcionamento estão vocacionadas para o fabrico de tintas, torres metálicas, cabos de fibra óptica, telhas, tintas e vernizes, tubos, colchões, materiais de embalagens de plástico, pivôs de irrigação para agricultura, argamassa e cimento, vidros, torneiras, betão, entre outros.

Criada em 2009, numa área de 8.300 hectares, no quilómetro 30, em Viana, a ZEE tem como objectivo garantir a produção interna de bens básicos, combater a pobreza, criar emprego e garantir competitividade à indústria nacional. A Sonangol entrou em ‘cena’ em 2010 por orientação do Presidente da República, na definição de “estratégias”, no apoio técnico, material e financeiro.

Com um orçamento inicial de 50 milhões de dólares, a ZEE foi projectada para albergar 73 fábricas diversas. O espaço compreende sete reservas industriais, seis reservas agrícolas e oito reservas mineiras.

O preço da transferência das unidades é determinado com base na avaliação patrimonial actualizada de acordo com critérios técnicos, cita o documento. Os Ministérios da Economia, Indústria e Finanças ficam autorizados, em representação do Estado, a conduzir todo o processo de alienação.



Unidades da Sonangol em operação na ZEE

● EMPRESA ● SECTOR DE ACTIVIDADE

- | | | |
|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● VEDATELA, Lda Indústria de Vedações ● Construção Civil Capacidade de produção: 18 toneladas/mês | <ul style="list-style-type: none"> ● PIPELINE, Lda Fábrica de tubos de PVC e Polietileno ● Polímeros e Plásticos Capacidade de produção: 17 quilómetros de tubo PVC/mês | <ul style="list-style-type: none"> ● MATELÉCTRICA, Lda Fábrica de material eléctrico de baixa tensão ● Electricidade Capacidade de produção: 37.400 peças/mês |
| <ul style="list-style-type: none"> ● MANGOTAL, Lda Unidade Industrial de Torres Metálicas ● Metalurgia Capacidade de produção: 444 unidades/ano | <ul style="list-style-type: none"> ● BTMT, Lda Fábrica de aparelhagens e equipamentos de média e baixa tensão ● Telecomunicação Capacidade de produção: 15 mil unidades/ano | <ul style="list-style-type: none"> ● NINHOFLEX, Lda Fábrica de colchões ● Indústria de Colchões Capacidade de produção: 42 mil colchões de espuma, 4.200 colchões de molas e 8.000 almofadas |
| <ul style="list-style-type: none"> ● INDUPLASTIC, Lda Unidade Industrial de Acessórios de Plástico ● Plásticos Capacidade de produção: N/D | <ul style="list-style-type: none"> ● TRANSPLAS, Lda Fábrica de materiais e de embalagens de plástico ● Polímeros e plásticos Capacidade de produção: 1.800 toneladas/ano | <ul style="list-style-type: none"> ● TELHAFAL, Lda Fabrica de telhas metálicas ● Construção Civil Capacidade de produção: 6.000.000 m²/ano |
| <ul style="list-style-type: none"> ● PIVANGOLA, Lda Fábrica de Pivôs de Irrigação para Agricultura ● Agricultura Capacidade de produção: 120 unidades/ano | <ul style="list-style-type: none"> ● INDUCABOS, Lda Fábrica de cabos e fios eléctricos ● Electricidade Capacidade de produção: 21 toneladas/ano | <ul style="list-style-type: none"> ● MECAMEL Metalomecânica para peças várias ● Metalomecânica Capacidade de produção: N/D |
| <ul style="list-style-type: none"> ● ANGOLACABOS, Lda Fábrica de Cabos de Fibra Óptica ● Telecomunicações Capacidade de produção: 5.400 km cabos de fibra óptica/dia | <ul style="list-style-type: none"> ● INDUTUBOS, Lda Fábrica de tubos de HDPE ● Plásticos Capacidade de produção: 10.200 toneladas/ano | <ul style="list-style-type: none"> ● BOMBÁGUA Bombas de água ● Agricultura Capacidade de produção: 750 unidades/mês |
| <ul style="list-style-type: none"> ● INDUTIVE, Lda Fábrica de Tintas e Vernizes ● Construção Civil Capacidade de produção: 24,96 milhões litros de tinta/ano | <ul style="list-style-type: none"> ● INDUGALV Unidade industrial de galvanização ● Indústria de Galvanização Capacidade de produção: 12.000 toneladas/ano | <ul style="list-style-type: none"> ● INDUPLÁS Sacos de plástico ● Plástico Capacidade de produção: 21.820.000 unidades/ano |
| <ul style="list-style-type: none"> ● ANGOTOR - torneiras ● Construção Civil Capacidade de produção: N/D | <ul style="list-style-type: none"> ● BETONAR - betão ● Construção Civil Capacidade de produção: N/D | <ul style="list-style-type: none"> ● INDURCAPIN Carpintaria para mobiliário ● Construção civil Capacidade de produção: 308.600 unidades/ano |
| <ul style="list-style-type: none"> ● INFER Unidade industrial de ferragens ● Construção civil Capacidade de produção: 711.000 toneladas/ano | <ul style="list-style-type: none"> ● UNIVITRO Vidro para construção ● Construção Civil Capacidade de produção: corte - 21.600 m²/ano | <ul style="list-style-type: none"> ● JUNTEX Argamassa e cimento ● Construção Civil Capacidade de produção: 270.000 toneladas/ano |

Fontes: www.zee.co.ao / Centro de Marketing Industrial / www.sonangol.co.ao

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

(In)formalizando

VENDA DE CAFÉ NAS RUAS DE LUANDA

Entre o formal e o informal

COMÉRCIO. Nas zonas semi-urbanas de Luanda, cresce o número de jovens a vender café na rua. Quem vende garante que dá para viver “honestamente” e os consumidores elogiam a qualidade do produto. Pelo meio, no entanto, há questões “legais” que alguns ignoram.

Por Onélio Santiago

Nos últimos tempos, sobretudo nas zonas semi-urbanas de Luanda, quem não consegue tomar o café em casa não precisa de recorrer a um bar ou a um restaurante. Basta ‘dar um toque’ às dezenas de jovens que enchem as paragens de táxis, vendendo café e leite produzidos pela Nestlé. Teresa Maloua, de 19 anos, vende café na rua há cerca de três meses. Natural de Camabatela, Kwanza-Norte, a jovem abandonou a escola no ano passado, quando ainda frequentava a 7.ª classe. Residente em Luanda há seis anos, Teresa Maloua entrou em 2016 desesperada por encontrar um emprego, já que a avó, com quem vive no Golf 2, não consegue dinheiro para lhe pagar a escola. Por isso, quando surgiu a proposta de vender café para uma senhora que reside no Camama, Teresa Maloua não pensou duas vezes.

Periodicamente, a jovem recebe uma caixa com 12 caixinhas, contendo, cada uma, 24 pacotes de café da Nestlé, além de copos descartáveis e um colete de alumínio com uma barra ligeiramente descaída para frente, onde coloca a jarra térmica com água. Levanta-se às cinco da manhã e sai, a pé, do Golf 2 até à paragem de táxis da ex-rotunda do Camama. Neste local, vende cada copo de café a 100 kwanzas. A venda de todas as 12 caixinhas, que duram mais de uma semana, resulta em 28.800 kwanzas.

Deste valor, dez mil são para Teresa Maloua, enquanto a dona do negócio fica com o resto. Para compensar o “pouco” dinheiro que recebe da chefe, em paralelo com o café, Teresa Maloua compra todas as semanas dez pacotinhos do leite ‘cowbel’ e vende-os para os clientes que pedem que lhes sirva um galão, ou seja, café com leite, que custa 200 kwanzas. “O problema é que o dinheiro atrasa muito, às vezes, não recebo dez mil [kwanzas] por cada caixa, e tenho de esperar mais de um mês para receber 30 mil”, diz a jovem, que revela ter já um dinheiro guardado para, nos próximos tempos, abrir o seu negócio.

Enquanto Teresa Maloua planeia começar o próprio negócio, António Manuel já sente os benefícios de vender café por conta própria. Aos 25 anos, o jovem ‘factura’, diariamente, cinco a sete mil kwanzas, dependendo do clima – nos dias com temperaturas mais baixas, a venda dispara. “Quando o sol sai mais cedo, vendo mesmo muito pouco”, explica o jovem, que revela que o “segredo” para uma “boa venda” passa por acordar muito cedo. Para manter o negócio, António Manuel compra, todas as semanas, uma caixa de café (contendo 12 caixinhas com 24 pacotes), que custa 5.800 kwanzas. Adquire, igualmente, 100 copos descartáveis.

100

Kwanzas é quanto precisa para tomar um café nas ruas de Luanda.



Cada vendedor pode fazer até 28 mil kwanzas por pouco mais de uma semana.

Tudo nas lojas não ligadas à Nestlé. Com a ajuda de um serralheiro, obteve um colete de alumínio, onde coloca a jarra térmica com a água

que usa na venda do café. “Trabalho honestamente e não tenho que prestar contas a ninguém, apesar de algumas pessoas me olharem

Produção baixa de café

Grande parte do café que Angola consome é importado. No entanto, há à venda café colhido em Angola, que tem de passar pela torrefação feita em Portugal. Angola chegou a ser o terceiro maior produtor mundial, mas em 1975, a guerra provocou uma redução drástica. Hoje, são sobretudo os pequenos agricultores, em 10 províncias, que alimentam a produção. Tal como antes, as zonas de maior cultivo encontram-se no Uíge, Zaire, Bengo e Kwanza-Norte. Mas também há agricultores no Kwanza-Sul, Benguela, Huambo e Bié. Ao todo, é produzido numa área de 18 mil hectares. Metade do café produzido no país serve o consumo interno. A outra metade é exportada para Europa, América e Ásia, que depois são transformados e regressam, de novo, a Angola.

Em 2015, cerca de 50 mil produtores inscritos, de que 98% representavam explorações agrícolas familiares e os restantes 2% explorações agrícolas empresariais.



com ignorância”, refere, lamentando igualmente o facto de não estar a estudar há “muito tempo” – parou na 4.ª classe.

PROJECTO PILOTO

Embora António Manuel entenda que trabalha “honestamente”, uma fonte da Nestlé revelou ao VALOR que existem “alguns jovens que fazem este negócio de forma ilegal”. Segundo esta fonte, a venda de café na rua surgiu há cerca de quatro anos, na sequência do projecto ‘Wyowbu’, que pretendia, entre outros aspectos, fomentar o “espírito do empreendedorismo”. Através do ‘Wyowbu’, os clientes assinavam um ‘contrato’ que consistia na compra de cinco ou mais caixas de café e duas caixas de copos descartáveis (cada uma contendo dois mil copos), num valor que oscila entre os 37 e os 46 mil kwanzas. Como brinde, a Nestlé dava jarras térmicas, coletes com o timbre da empresa, bonés e outros acessórios. O material entregue, num ‘kit’, servia para dez pessoas no mínimo. “A partir daí, qualquer um podia começar a venda de café, de forma higiénica e organizada, tornando-se assim num revendedor oficial, embora os lucros daí decorrentes não chegassem à empresa”, explica, desincentivando os jovens que “insistem em vender anarquicamente”, prejudicando a “imagem” da empresa.

Os apelos deste funcionário da Nestlé, no entanto, são ignorados por Benvida Pedro, que, há cerca de sete meses, se tornou consumidora assídua do café vendido por Manuel António. Aos 45 anos, Benvida Pedro trabalha numa das farmácias do Camama e, todos os dias, pontualmente às oito da manhã, toma um copo de café da rua. Visivelmente satisfeita, garante que, ao tomar este café, nunca teve nenhum problema no estômago, apesar de “muita gente” olhar para os meninos com preconceito devido à poeira que trazem no corpo. “Só o cheiro deste café já dá um bom aspecto dentro da farmácia. É um bom aroma mesmo”, revela Benvida Pedro, que já não precisa de sair do trabalho para tomar o café, já que os vendedores vão ao seu encontro.

REGULAMENTO JÁ APROVADO NO ANO PASSADO

Lei do Mecenato começa a ser aplicada em Julho

INCENTIVOS FISCAIS. A lei que prevê facilidades a entidades que apoiam diversos projectos sociais, de entretenimento e de desporto está regulada desde o ano passado. Todos os projectos devem ser apresentados de Julho a Novembro de cada ano.

Por Pihia Rodrigues

A Lei do Mecenato, aprovada em 2012 pela Assembleia Nacional, prevê dar incentivos fiscais a quem pretenda apoiar projectos nos mais diversos sectores sociais, de entretenimento e no desporto. O regulamento, aprovado apenas o ano passado, abarca questões relativas ao registo, candidatura, avaliação e acompanhamento de projecto. É aplicável a todas as organizações, públicas ou privadas, que tenham sede em Angola.

De acordo com a legislação, é contemplada e regulamentada a avaliação de projectos sociais, culturais, desportivos, juvenis, educacionais, ambientais, científicos e tecnológicos. Abrangem igualmente proponentes na área da saúde e da sociedade de informação.

Os órgãos da Administração Pública e os privados (que não se encontrem a beneficiar de apoios públicos no mesmo período e no mesmo projecto), podem submeter às autoridades a apreciação para posterior inscrição no Plano Anual.

O projecto deve ser apresentado entre 1 de Julho e 30 de Novembro de cada ano. Integra o Plano Anual um conjunto de projectos (não incluídos no Orçamento Geral do Estado) disponibilizados pelos departamentos ministe-

riais e aprovados pelo Presidente da República, para posterior avaliação dos mecenas. O mecenas (patrocinador) e o beneficiário (patrocinado) devem elaborar, até ao final de Fevereiro de cada ano, um relatório dos recursos disponibilizados no exercício anterior, aquando da concessão do benefício. O mecenas beneficia da isenção de Imposto Predial Urbano e de Imposto Industrial sobre os resultados obtidos na actividade social. Mas ficam sem direito aos benefícios os devedores de impostos ou quem não tenha regularizado as contribuições para a segurança social.

Para efeitos fiscais, o mecenas deve requerer o registo na Direcção Nacional de Impostos no Ministério das Finanças. Regista-se através de documentos comprovativos da situação jurídica; com o número de identificação fiscal (NIF) e o seu sector económico. O beneficiário também deve registar-se junto do departamento ministerial responsável pelo sector de actividade em que é artífice. Basta remeter o NIF, documentos relativos à informação e área geográfica em que se insere.

MEDIDAS DE ESTÍMULO

Os benefícios sociais aos mecenas passam por menções honrosas e diplomas de mérito. Prevê-se, igualmente, publicações dos actos pelos beneficiários nos órgãos de informação nacionais. Outra prerrogativa é a possibilidade de acesso livre às instalações do beneficiário por pessoas indicadas pelo mecenas.



MEMORIZE

● Os candidatos a beneficiários da Lei do Mecenato podem entregar candidaturas, juntamente com as empresas, entre Julho e Novembro deste ano. Em Fevereiro, podem avaliar como estão os projectos.

Os mecenas gozam também de privilégios fiscais como isenção sobre quaisquer impostos sobre os resultados obtidos pela sua actividade.

O secretário-geral da União dos Escritores Angolanos (UEA), Carmo Neto, entende que ainda há pouca concorrência que possa estimular os empresários a dar patrocínios. “Se não houver necessidade para concor-

rer não se vai patrocinar” exemplifica e vai mais longe: “às vezes, fica mais barato pagar impostos do que patrocinar um projecto”.

Carmo Neto conclui que a Lei do Mecenato só será aplicável quando o país tiver uma economia “mais competitiva”, em que os empresários sintam necessidade de promover os seus produtos através do que os artistas publicam”. Para o líder da UEA, o mecenato “ainda não combina com a nossa insipiente realidade”.

REGULAMENTO

O Regulamento, de 7 de Outubro de 2015, da Lei do Mecenato:

■ Determina a obrigação de registo dos mecenas junto da Administração Geral Tributária (AGT) e dos beneficiários junto dos departamentos ministeriais das respectivas áreas;

■ Define as obrigações dos mecenas e beneficiários que podem beneficiar do Regime Especial de Mecenato;

■ Esclarece que as isenções fiscais aplicáveis às entidades beneficiárias abrangidas pelo regime de mecenato se referem ao Imposto Industrial e ao Imposto Predial Urbano;

■ Impõe a apresentação dos projectos de mecenato pelos potenciais beneficiários, no ano económico anterior ao da concretização. A aprovação cabe ao titular do departamento ministerial respectivo mediante um parecer favorável do Ministério das Finanças.

■ Os projectos devem ser entregues entre 1 de Julho e 30 de Novembro de cada ano. O despacho de aprovação deverá ser publicado em Diário da República;

■ Determina que a aprovação dos projectos seja efectuada no âmbito de um programa de prioridades sectoriais conforme definidas no Regulamento;

■ Identifica os mecanismos e procedimentos de acompanhamento da execução por parte de uma Comissão de Avaliação de Projetos.

Gestão

UNIVERSIDADE CATÓLICA ELABORA COMPÊNDIO SOBRE VALORES NOS NEGÓCIOS

Ética na Função Pública e nas empresas

BOAS PRÁTICAS. Os princípios éticos para uma gestão responsável e transparente na actividade económica, no sector público e empresarial, servem de base ao 'Compêndio de Ética para a Função Pública, Empresas e Negócios', elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica. Ao VE, o académico Nelson Pestana explica as motivações que nortearam a publicação do compêndio.

Por Adriano Adão

Nelson Pestana,
professor da universidade católica.



Entre as medidas a serem aplicadas na Função Pública, o manual elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), da Universidade Católica, 'Compêndio de Ética para a Função Pública, Empresas e Negócios', defende a integridade pública, a equidade, o combate à corrupção, as denúncias de actos que possam lesar o interesse colectivo, a transparência e a reforma administrativa. O compêndio sugere as normas éticas que devem ser aplicadas no serviço público e os procedimentos para sancionar a má conduta de funcionários, de modo a melhorar o desempenho deste sector governamental.

O compêndio apresenta tam-

bém, de forma exaustiva, três reestruturações essenciais para o sector, nomeadamente a liderança, a reforma salarial, o recrutamento e a promoção de trabalhadores, feitos com base na meritocracia. "Um serviço público em que os seus membros são nomeados e promovidos

com base no mérito será muito menos susceptível à corrupção do que os que se baseiam, predominantemente, em ligações políticas e pessoais", lê-se no compêndio.

O coordenador do Programa de Disseminação de Valores Éticos nos Serviços Públicos, nas Empre-

sas e nos Negócios, Nelson Pestana 'Bonavena', explicou ao VALOR que o objectivo desta iniciativa é "capacitar os estudantes da Universidade Católica em matéria de ética", mas também ter um "manual que sirva de meio de estudo e consulta".

O projecto de todo o compên-

dio vai durar dois anos. O CEIC vai elaborar vários compêndios que serão distribuídos aos estudantes do ensino universitário de todo o país e também em algumas organizações corporativas, como associações industriais, câmaras de comércio e outras entidades."

No sector empresarial, o compêndio faz uma análise de funcionamento de bancos comerciais e dos bancos de investimentos. Nelson Pestana sublinha que são vários textos recolhidos sobre a ética empresarial e casos de exemplos conhecidos da literatura internacional. E alerta: "não é, propriamente, um estudo aplicado da ética e da verificação se há ou não comportamentos éticos na Função Pública angolana, nos negócios dos empresários ou nas empresas. É teoria geral sobre condutas éticas ou não éticas que são analisados como exemplos para fins de formação dos nossos licenciandos".

Os investigadores da Universidade Católica "têm consciência de que, em contexto de crise, se pode assistir à busca do lucro fácil por parte de agentes comerciais e há uma especulação de preços de bens de consumo e de serviços". Para o académico, esta "conduta revela falta de valores". "É a chamada ética das convicções. Há uma convicção de que o mais importante é o lucro. Numa sociedade muito pouca ética, como é a nossa, perante uma crise, vigora a lei da selva. É um salve-se quem puder. Não há compromisso de comunidade que leve a um juízo de valor de reprovação de determinados comportamentos," concluiu.

Com cerca de 300 páginas, o compêndio está dividido em três partes: 'Ética no Sector Público', 'Ética nas Empresas' e, por fim, 'Ética nos Negócios'. A compilação e produção dos textos foi feita por economistas angolanos e estrangeiros de renome. O compêndio vai ser distribuído a estudantes e aos participantes em conferências organizadas pela Universidade Católica.

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA: CHEGAMOS A TODAS AS PROVÍNCIAS.

Nova Gazeta

100 MIL. SEM CUSTO.

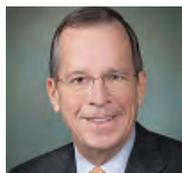
www.novagazeta.co.ao

A IMPORTÂNCIA DA CORRUPÇÃO



WILLIAM J. BURNS

Antigo secretário de Estado dos EUA, preside à organização de doações Carnegie International Peace.



MICHAEL MULLEN

Michael Mullen trabalhou no Departamento de Estado dos EUA, entre 2007 a 2011

O Papa Francisco chamou à corrupção a “gangrena de um povo”. O secretário de Estado norte-americano, John Kerry, rotulou-a de “radical”, porque “destrói a fé na autoridade”. O primeiro-ministro britânico, David Cameron, descreve-a como “um dos os maiores inimigos do nosso tempo para o progresso”.

Corrupção, em poucas palavras, é o “abuso do cargo público para ganho pessoal”. Como os líderes reconhecem cada vez mais, é uma ameaça para o desenvolvimento, a dignidade humana e a segurança global. Na cimeira anti-corrupção, que se realizou em Londres a 12 de Maio, os líderes mundiais - em conjunto com os representantes de empresas e da sociedade civil - tiveram uma oportunidade para propor acções para a combater.

A corrupção existe em todas as culturas, ao longo da história. Existe desde que existe um sistema de governo. Mas, tal como noutros crimes, tem crescido cada vez mais e de uma forma mais sofisticada ao longo das últimas décadas, com efeitos devastadores sobre o bem-estar e a dignidade de inúmeros inocentes.

A corrupção enfraquece as perspectivas de desenvolvimento. Quando, por exemplo, a fraude na aquisição pública é galopante, ou os royalties para os recursos naturais são roubados na origem, ou o sector privado é monopolizado por uma rede estreita de cúmplices, as populações tornam-se incapazes.

Mas a corrupção também tem um outro impacto: os cidadãos, ao assistirem aos seus líderes a enriquecerem à custa da população, tornam-se mais frustrados e irados - sentimentos que podem levar a uma agitação civil e a conflitos violentos.

Muitas das actuais crises internacionais de segurança estão aqui enraizadas. A indignação por causa de um comportamento despótico de um polícia corrupto levou um vendedor de frutas tunisino a auto-



-imolar-se, em 2010, desencadeando as revoluções no mundo árabe. Os manifestantes exigiram que ministros fossem presos e levados a julgamento e pediram a devolução do que foi roubado, exigências que raramente foram cumpridas.

Em locais onde funcionários governamentais gostam (e muitas vezes exibem) o seu enriquecimento e impunidade, movimentos extremistas - incluindo talibãs, Boko Haram, e o Estado Islâmico - exploram a indignação dos cidadãos. Estes grupos defendem que um código rigidamente aplicado à conduta pessoal é a única maneira de restaurar a integridade. Sem recursos viáveis - e com ‘avenidas’ abertas para manifestações pacíficas - essa linguagem tem tendência a ser cada vez mais persuasiva.

Está claro que a corrupção deve ser combatida. O que é menos claro é como fazê-lo. Num mundo de forte concorrência, os governos corruptos podem servir interesses vitais. Um coloca soldados na luta contra o terrorismo; o outro alimenta o outro lado, com abastecimentos ou com o acesso a matérias-primas. Os líderes devem, inevitavelmente, lidar com decisões difíceis.

Para determinar a melhor abordagem em cada caso específico, os governos devem analisar o problema de uma forma mais eficaz, o que sig-

nifica melhorar a recolha de informações e de dados. Como especialista em segurança, Sarah Chayes argumenta, no volume de ensaios ‘Contra a Corrupção’ editado pelo governo britânico, que a “corrupção hoje está estruturada”. Tem redes sofisticadas, não muito diferentes das do crime organizado (com o qual agentes corruptos são muitas vezes integrados). Os governos devem estudar estas actividades e as suas consequências da mesma maneira que estudam organizações criminosas ou terroristas transnacionais.

Perante estas avaliações, os países doadores devem estruturar a assistência de uma forma que reduza os riscos de corrupção. A assistência militar ou para o desenvolvimento não são actos apolíticos. Os programas devem garantir que os fundos não são capturados pelas elites cleptocratas. Isto significa que os esforços anti-corrupção já não podem estar nas mãos de especialistas com poucos recursos; devem ser centrais no planeamento das principais iniciativas de desenvolvimento ou na venda de sistema de armas caras. Os governos beneficiários devem entender que o financiamento pode secar se continuarem a esbanjar ou a roubar.

Na verdade, a corrupção e as suas implicações devem levar as os líderes ocidentais a interagir com os seus homólogos do mundo em desenvolvi-

mento. Os departamentos de Estado e de Defesa dos EUA estão muito rotinados a construir relacionamentos. Os diplomatas dependem dessas relações para defender interesses nacionais e os laços entre militares são, por vezes, os únicos canais que resistem às tempestades políticas. Mas os diplomatas e os chefes militares, da mesma forma, devem estar disponíveis a recuar quando necessário, condicionando as acções e fazer uso de alavancagem disponível - mesmo correndo o risco de terem de suportar a ira de uma das partes.

Mas, como as recentes revelações, sobre empresas de fachada ou sobre subornos, demonstram, grande parte da verdadeira alavanca se encontra em casa - nas indústrias financeiras e nas pequenas propriedades, nas relações públicas e nos escritórios de advocacia que dão novos polimentos a cleptocratas e nas universidades que educam os filhos dos corruptos e até solicitam as suas doações.

A acção da organização norte-americana de combate à corrupção, RICO (Racketeer Influenced and Corrupt Organizations, que indiciou dirigentes da FIFA, órgão internacional de futebol, mostra que estes serviços ocidentais podem combater a corrupção entre funcionários estrangeiros.

Outra ferramenta importante na luta contra a corrupção será a inovação tecnológica que pode reduzir delitos, capacitar os cidadãos a denunciarem práticas ilegais e aumentar a transparência e a responsabilidade dos governos. Já há exemplos de sucesso em várias áreas, desde o recenseamento eleitoral eletrónico ao pagamento eletrónico dos funcionários públicos. Embora a tecnologia não seja uma panaceia, quando combinada com reformas políticas sábias, pode dar uma contribuição significativa na luta pela boa governação.

Nenhuma dessas sugestões será fácil de implementar. Mas, para resolver muitas das crises que actualmente afligem o mundo, um forte foco no combate à corrupção é vital.

Por Project Syndicate

Internacional



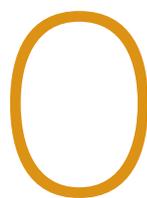
Em Paris, centenas de pessoas foram obrigadas a abandonar as casas e várias empresas tiveram de fechar

PROTESTOS E TEMPORAIS AMEAÇAM CAMPEONATO DE FUTEBOL

França entre duas tempestades

CATÁSTROFE. Milhares de pessoas nas ruas, em protesto contra o código de trabalho, ameaçam paralisar o país logo no início do Euro. O tempo não ajuda: as fortes chuvas provocaram inundações em quase todo o lado e a subida do caudal do Sena coloca em risco a circulação em Paris.

Por Emídio Fernando



afectadas pelos temporais que, nos

governo francês prepara-se, esta semana, para declarar o Estado de Catástrofe Natural para as zonas mais

250

mil peças foram transferidas para os pisos superiores, com o receio de que as águas pudessem inundar o edifício.

últimos dias, têm deixado França em ‘estado de sítio’. Em Paris, as águas do Rio Sena transbordaram, provocando cheias como não se viam há mais de um século e um nível de precipitação que ultrapassou o de 1960, quando o país enfrentou as maiores tempestades da sua história.

Desta vez, o mítico museu do Louvre foi obrigado a transferir mais de 250 mil peças para os pisos superiores, com o receio de que as águas pudessem inundar o edifício e foi encerrado no final de semana. O museu é ‘apenas’ o mais visitado do mundo, com nove milhões de pessoas por ano.

As previsões para as próximas semanas não são nada favoráveis, em que os especialistas apontam para a subida do caudal do rio para seis metros. Em Paris e em várias zonas, nos arredores da capital, mas também no interior, centenas de pessoas foram obrigadas a abandonar as casas e fábricas e empresas tiveram de fechar.

Em vésperas de receber o campeonato europeu de futebol, França ainda está ameaçada com a possibilidade de haver uma greve geral que pode paralisar o país. Nas últimas semanas, tem enfrentado greves parciais na distribuição eléctrica e de águas, nos transportes e na função pública.

Os manifestantes protestam contra a nova lei laboral que prevê maiores facilidades nos despedimentos. O governo francês teme que as greves possam pôr em causa a deslocação de adeptos aos estádios, por isso foi cedendo aos sindicatos nalguns pontos, mas não quer mexer no que tem levado mais de 100 mil pessoas às ruas das principais cidades francesas.

As preocupações maiores estão com a greve prevista pelos pilotos da Air-France na próxima semana. O campeonato começa a 10 de Junho e o país aguarda por cerca de três milhões de adeptos que devem chegar via aérea. Também os sindicatos dos caminhos-de-ferro já convocaram uma greve para o início da próxima semana.

O governo vai alertando para os “prejuízos incalculáveis” para a economia, caso as greves não sejam desconvocadas. Os economistas prevêem que as greves coloquem um ponto final na evolução económica positiva que se tinha registado nos últimos dois meses.

Os sindicatos limitam-se a dizer que “não querem bloquear” o Euro, enquanto as confederações patronais acusam os trabalhadores de estarem a ter “comportamentos de delinquentes, terroristas”.

BRASIL APROVA “REAJUSTAMENTOS SALARIAIS”

Juízes passam a ganhar mais

O Brasil aprovou aumentos salariais, que na sua maioria ultrapassam os 40% a funcionários judiciais e para a Procuradoria-Geral da República. Os 11 juízes do Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, vão ser aumentados de 10 mil para os 12

mil dólares mensais. Só nas contas do Estado, isso significa um aumento de quase um milhão de dólares por mês.

As medidas foram aprovadas, por larga maioria, pela Câmara dos Deputados. O novo governo, chefiado interinamente por Michel Temer, justifica os aumentos como já estando previstos na presidência de Dilma Rousseff.

Os aumentos vão provocar altera-

ções no Orçamento do Estado, com o aumento da despesa a ficar nos de 43 mil milhões de dólares mensais.

O governo fala em “reajustamento positivo”. Analistas brasileiros concluem que Michel Temer não quer comprar uma guerra com os juízes, como o fez Dilma Rousseff, numa altura em que ele próprio é um dos principais alvos das investigações de casos de corrupção que têm assolado o país.





A DINAMARCA aprovou uma redução de benefícios para os refugiados ao mesmo tempo que vai passar a punir pregadores religiosos que apelem a actos criminosos e que divulguem o ódio.

10

PESSOAS morreram no sul da Alemanha devido a inundações provocadas pelo forte temporal, que colocou localidades às escuras e sem electricidade.

PROTECÇÃO DE DADOS

EUA e UE de acordo

A

união Europeia e os EUA chegaram a um acordo de protecção de dados pessoais numa tentativa de combater o crime e o terrorismo. Este acordo geral, assinado

em Amesterdão, Holanda, termina negociações que já duravam há cinco anos e que foram sempre perturbadas pelas preocupações europeias, sobretudo ligadas à violação de privacidade norte-americana em grande escala.

O Parlamento Europeu ainda terá de aprovar o acordo, que foi assinado depois de os EUA adoptarem, em Fevereiro, uma lei de pré-requisito, concedendo aos cidadãos europeus o direito ao recurso judi-

cial nos Estados Unidos.

O acordo geral abrange todas as informações pessoais partilhadas entre as autoridades policiais norte-americanas e dos Estados-membros da UE, “numa tentativa para impedir, investigar, detectar e julgar crimes de sangue, incluindo terrorismo”, lê-se num comunicado da UE.

O acordo não facilita a cooperação entre as forças policiais, mas garante a legalidade do intercâmbio de dados e de informações de toda a gente que, de alguma forma, se liguem à Europa ou aos EUA.

Em Fevereiro, a União Europeia e os EUA já tinham fechado um acordo destinado a assegurar que empresas norte-americanas, como Google e Facebook, respeitassem as normas comunitárias relativas ao uso de dados pessoais.



O acordo geral abrange todas as informações pessoais partilhadas entre as autoridades policiais dos EUA e da UE.



Os egípcios criavam objectos ornamentais a partir de ferro de meteoritos antes de 1200 a.C.

EGÍPCIOS USARAM MATERIAL EXTRA-TERRESTRE

Punhal do “céu”

E

specialistas egípcios e italianos concluíram que o punhal de ferro com que o faraó Tutankhamon que foi sepultado tinha uma origem “extra-terrestre”. Não porque tenha

sido construído por seres que vivem noutros planetas, mas porque tem uma forte composição química, com alto teor de níquel e cobalto, só presente em meteoritos.

A lâmina de ferro foi examinada com um espectómetro de raio-X, um aparelho que permite identificar, sem destruir, os elementos presentes. Os cientistas compararam a composição do punhal com a de 20 meteoritos encontrados num raio de dois mil quilómetros da costa egípcia que dá para o Mar Vermelho.

As conclusões foram publicadas, em Maio, na revista científica *Meteoritics&Planetary Science*, dá conta do nome e do local onde foi identificado o meteorito: chama-se Kharga e foi recolhido há 16 anos numa cidade portuária a 240 quilómetros de Alexandria.

A equipa que liderou a investigação garante que os egípcios criavam objectos ornamentais a partir de ferro de meteoritos muito antes do começo da Idade do Ferro (cerca de 1200 a.C.). E argumenta que a expressão que aparece nalguns textos em hieróglifos – “ferro do céu” – só pode estar ligada a estes corpos extraterrestres que já sabiam ser raros.

O punhal, de ouro e cristal e que nunca enferrujou, está em exposição no Museu do Cairo, junto a centenas de objectos pertencentes ao tesouro do jovem faraó.

GENOCÍDIO NA ARMÉNIA

Alemanha contra Turquia

O

parlamento alemão aprovou uma resolução que reconhece como sendo “genocídio” o massacre de arménios cometidos há mais de um século pela Turquia.

A votação aconteceu mesmo após as advertências da Turquia de que a

decisão afectaria as relações bilaterais.

A Alemanha reconhece como genocídio a morte de entre 800 mil e 1,5 milhões de pessoas das minorias cristãs da Arménia durante as chacinhas de 1915. O parlamento alemão admite ainda ter havido responsabilidade da Alemanha nesses massacres, já que era aliada do Império Otomano (a actual Turquia) no decorrer da I Guerra Mundial (1914-1918).

A Turquia sempre rejeitou a admi-

tir o genocídio, nega mesmo o termo ao descrever esses acontecimentos históricos, limitando-se a falar em “matanças e deportações”.

Um porta-voz do governo turco considerou-a um “erro histórico”, bem como “nula e sem efeitos”. Já a Arménia “aplaudiu a adopção da resolução”, considerando-a uma “vitória na luta universal pela prevenção dos genocídios e dos crimes contra a Humanidade”.



Alemanha reconhece como genocídio a morte de 1,5 milhões de minorias cristãs da Arménia em 1915

Ambiente

Aumenta o número de cidades, altamente poluídas, no mundo



GERADORES E TRÂNSITO CONGESTIONADO AUMENTAM NÍVEIS DOS GASES

Perigo do monóxido de carbono

ECOLOGIA. O monóxido de carbono (CO) é um produto por combustão incompleta de combustíveis como o gás natural, carvão ou madeira, que pode causar até mesmo a morte quando inalado. Cerca de 2.500 cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU traçaram ocorrências pessimistas sobre os efeitos do aquecimento global, em diversas regiões.

Os fogões a gás, os fumos de cigarro e geradores são as principais fontes de emissões de monóxido de carbono (CO) em espaços interiores. Os maiores níveis de CO geralmente ocorrem em áreas com tráfego intenso congestionado, como é o caso de Luanda.

O gás é frequentemente encontrado em vapores de combustão, como aqueles produzidos por pequenos motores a gasolina, fogões e fornos a gás, geradores e lamparinas, além de serem produzidos na queima de carvão e lenha.

Os pesquisadores garantem que o gás pode provocar alterações climáticas, como a subida do nível de água dos oceanos, pro-

vocando o alagamento de ilhas e cidades do litoral. Muitas espécies animais podem ser extintas e tufões e maremotos podem ocorrer com mais frequência.

Quando o ambiente está

poluído por CO, pode ocorrer ainda chuva ácida que mata plantas e animais.

O fenômeno do 'efeito-estufa', provocado pelo aumento de CO na atmosfera, sobe a temperatura na Terra. O

processo ocorre da seguinte forma:

Os gases poluentes formam uma camada de poluição, bloqueando a dissipação do calor e que fica concentrado na atmosfera, provocando mudanças climáticas.

Consequências do monóxido de carbono no ser humano

Náusea e vômitos, confusão, tontura, dor no peito, respiração acelerada, letargia, vertigem, rosto muito vermelho e desmaios, em casos mais graves.

Uma vítima de envenenamento por CO também pode ter um enfarte caso tenha problemas cardíacos.

PREVENÇÃO

Deve-se fazer manutenção regular de todos os itens na casa que emitam monóxido de carbono.

Mantenha o gerador em funcionamento do lado de fora de casa e longe de janelas

e aberturas de ventilação. Nunca ligue um gerador ou qualquer outro motor à gasolina dentro de um porão, garagem ou estrutura fechada, mesmo se as portas e janelas estiverem abertas.

Quando estiver a ajudar uma possível vítima de envenenamento por monóxido de carbono, tome cuidado para não envenenar-se a si mesmo. Limpe as vias respiratórias da vítima para ajudá-la a respirar. Se tiver experiência pode administrar oxigênio à vítima, mas se não for o caso, leve-a imediatamente a um médico.

Gelo a derreter, deserto a aumentar

Muitos cientistas prevêem possíveis danos causados pela emissão descontrolada de gases na atmosfera.

América Latina: a floresta Amazônica vai ser devastada pelo calor e pela seca, agravadas pelas inúmeras queimadas que acontecem todo o ano. Piora as condições de vida nas cidades, com a redução da qualidade do ar, aumento do calor e maior frequência de cheias.

África: vai ser, a curto prazo, a maior vítima do aquecimento global, que deve piorar o processo de desertificação. O deserto do Saara cresce em direção ao Norte, alcançando o Mediterrâneo. O delta do Rio Nilo poderá desaparecer.

Antártica e Ártico: os pólos serão os primeiros a sentir o aumento da temperatura, levando a um grande degelo. Vai desaparecer o Pólo Norte.

América do Norte: aumento das áreas de agricultura no norte dos EUA, mas com violentas tempestades e furacões no Sul. As florestas do Canadá vão ser devastadas pelo calor e pela seca.

Europa: as áreas geladas das regiões árticas e da Groenlândia vão ficar fundidas. Vai sofrer uma retracção. As praias do Mediterrâneo serão inundadas.

Ásia: as florestas russas devastadas pelo calor e pela seca e as áreas de produção de trigo passam para o norte. A falta de água será mais grave no Médio Oriente. Um terço do território de Bangladesh será inundado pelo mar.

Outras regiões: as Ilhas do Caribe, do Pacífico, Bahamas, Maldivas e Marshall podem desaparecer com a elevação do nível do mar.

Educação & Tecnologia

JUNTO DE ESTUDANTES DE ELEVADO POTENCIAL

ONU procura jovens profissionais

ENSINO. Todos os anos, a ONU procura jovens altamente qualificados que se queiram lançar numa carreira internacional. O programa Jovens Profissionais (YPP) é uma iniciativa de recrutamento de talentos para a ONU, através de um exame de admissão anual.



A

s Nações Unidas vão recrutar jovens altamente qualificados que queiram abraçar a carreira na diplomacia internacional.

Para isso, procuram licenciados com menos de 32 anos, fluente em inglês ou francês.

As inscrições vão estar abertas desde 19 de Maio e vão até 19 de Julho. O exame de admissão está marcado para 14 de Dezembro.

Para este ano, a ONU procura jovens qualificados em Assuntos Económicos e Tecnologia da Informação e Sistemas.

O exame, no final do ano, consiste numa prova escrita e outra oral. A escrita avalia o conhecimento substantivo, pensamento analítico e desenho. Faz parte do exame resumir um texto em inglês ou francês e o resto pode ser feito em qualquer das seis línguas oficiais das Nações Unidas.

O exame oral, apenas para aqueles que passam no teste

escrito, é uma entrevista que vai avaliar competências. Os candidatos aprovados serão colocados numa lista de reserva para possível recrutamento das Nações Unidas.

A ONU é a maior organização internacional, fundada em Outubro de 1945, meses depois do final da Segunda Guerra Mundial e que se divide por vários departamentos e por organizações com autonomia financeira. Entre elas, destacam-se a UNICEF, a organização de apoio às crianças, o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o PAM (Programa de Alimentar Mundial), a OMS e a Organização Mundial de Saúde.

Todas as informações detalhadas, incluindo regulamento e requisitos exigidos, podem ser consultadas na página oficial das Nações Unidas:

<http://careers.un.org>. ou via Facebook em: www.facebook.com/UN.Careers

PUB

PANDA E OS CARICAS

TOURNÉE AO VIVO EM ANGOLA

COPYRIGHT © 2016 CANAL PANDA UNIVERSAL MUSIC PORTUGAL, S.A.

BENGUELA
4 DE JUNHO

SÁBADO ÀS 10:00 PAVILHÃO ACÁCIAS RUBRAS

LUBANGO
5 DE JUNHO

DOMINGO ÀS 16:00 PAVILHÃO NOSSA SENHORA DO MONTE

LUANDA
11 DE JUNHO

SÁBADO ÀS 11:00 | ÀS 16:00 CENTRO DE CONFERÊNCIAS DE BELAS

12 DE JUNHO

DOMINGO ÀS 11:00 | ÀS 16:00 CENTRO DE CONFERÊNCIAS DE BELAS

BILHETES À VENDA NAS LOJAS ZAP

por apenas 3200 AKZ

Saiba mais em: www.zap.co.ao

PATROCINADORES:



MEDIA PARTNERS:



APOIOS:



PRODUÇÃO EXECUTIVA:



Marcas & Estilos

Relaxes tropicais

Com a poltrona Proust Geometrica das colecções Alessandro Mendini, os seus momentos de ociosidade serão vividos de modo singular. Trata-se de relaxar num cadeirão com moldura de madeira entalhada e pintada à mão. As tardes de gélidas poderão ser tropicalmente bem aproveitadas.

Curtindo 'Olhos de Pássaro'

Todos os casacos 'Olho de Pássaro' são feitos por encomenda. Tão simples quanto isso: uma vez o pedido feito, o seu 'Olho de Pássaro' começa imediatamente a ser produzido. A posição na fila de espera só depende de si e

Emblemáticos

Este colar realça em grande escala a perfeição dos adornos femininos. Os 18 quilates de ouro branco em tom rosado justificam o nome que lhe foi atribuído, com carácter intemporal.

Saltos adornados

Sentir-se nas estrelas nunca foi tão fácil sobre os saltos-altos do designer italiano Sergio Rossi. Foram trabalhadas em camurça desnudo com cristais 'swarovski' brancos. Tudo para que a sua auto-estima esteja sempre a dar saltos altos.

"Resiliente"

Elegante, discreta e muito dinâmica, a câmara fotográfica Leica M-P faz parte de um modelo rápido aos sistemas tecnológicos mais recentes. Resistente a quedas e riscos, comporta uma lente feita a base de vidro de safira. Rapidez para captar 24 fotos por cada disparo.

Exclusividade horológica

O único turbilhão que vai sentir é a agradável sensação de ter no pulso este cronógrafo De Ville Central Tourbillon da OMEGA, a expressão sublime da habilidade de fazer relógios. É uma verdadeira peça artesanal criada por um grupo de orologistas criteriosamente seleccionados, que resultou no único e melhor relógio do mundo, que consumiu 'apenas' 500 horas de fabrico.



Turismo de bicicleta

Com a subida da temperatura na Europa, por estes meses, nada melhor do que um passeio pela cidade mais emblemática da Holanda.

Amsterdão é multi cultural e diversa, graças às suas características multi-étnicas, onde vivem milhares de imigrantes. Daí a riqueza cultural que se encontram em restaurantes, em cafés, concertos e espectáculos de todo o tipo.

O símbolo de Amsterdão é a bicicleta, o meio de transporte mais usado. São milhares espalhadas pela cidade. Uma forma aconselhável de fazer turismo é pegar numa e passear pelos museus como os Rijksmuseum, Van Gogh e Stedelijk. Amsterdão tem mais de 50.

Para quem goste de cerveja, não pode deixar de conhecer a Cervejaria da Heineken. O passeio dura duas horas, em que poderá beber cerveja e conhecer o lugar onde ela era originalmente produzida.

ONDE FICAR

As opções de hospedagem não faltam com preços a partir de 85 dólares. Amsterdão está preparada para receber turistas de várias idades, oferecendo todo o tipo de lugares, de hotéis a hostels.

O preço do bilhete, a partir de Luanda, custa cerca de 1300 dólares

AUTOMÓVEIS

Um SUV para 'navegar'

Cada vez mais as 'tradicionais' marcas de automóveis apostam nos SUV. E quanto mais luxuosos, melhor. É o que está acontecer com a Ford que resolveu lançar, este ano, o Lincoln Navigator Concept, que promete estar em grande destaque no Salão de Automóveis de Nova Iorque. De luxo em luxo, a marca norte-americana fez saber que a inspiração do design foi dada por iates, daqueles de encher o olho. Daí

que o SUV tenha portas tipo asa de uma gaivota. Lá dentro, há seis bancos individuais e cada encosto tem tablets que podem ser ligados à internet. O tecto é de vidro e o porta-malas tem espaço suficiente até para se mudar de roupa. Tem, entre os destaques, uma câmara de visão que facilita o estacionamento, seis velocidades e um motor de 400 cavalos. Só vai ser comercializado daqui a uns meses, por isso, ainda não tem preço tabelado.



“Um jogador em Angola, numa boa equipa, já consegue ter uma vida tranquila, organizada, desde que tenha os pés bem assentes no chão e pense que não vai ganhar este dinheiro para o resto da vida.”

CARLOS ALONSO 'KALY', EMPRESÁRIO

“Pensar apenas no futebol é ter visão curta”

ENTREVISTA. Carlos Alonso, 38 anos, despediu-se dos relvados em 2014, mas ficou ligado ao desporto com a clínica de fisioterapia 'Bom Senso', da qual é sócio. Tem mais dois negócios em vista e encara a actual crise como uma lição para o futuro.

Por Raimundo Ngunza

Como um jogador deve gerir o fim da carreira?

Esta é uma questão bastante pertinente e é uma fase muito complicada. Infelizmente, sei de situações de colegas complicadas. Sempre fizemos da nossa vida o futebol e de repente ficarmos, sem isto, é difícil. Poucos se prepararam em termos académicos, paralelamente ao futebol, e depois os horizontes não são muito alargados. Infelizmente, nem todos podem ser treinadores, dirigentes e tudo o que resta para fazer dentro do futebol é muito pouco. Há pouco aproveitamento de ex-jogadores dentro do próprio futebol.

E como se deve poupar?

Deve começar-se do início. Salários milionários, como os de Cristiano Ronaldo e Messi, não são para muita gente e devemos ter a noção do dinheiro que ganhamos e começar a pensar no amanhã. Se ganho dez, só posso gastar cinco. É muito importante a poupança, porque a nossa carreira desportiva tem prazo e limite.

Não vale apenas pensar só no futebol...

Claro que não. Pensar apenas no futebol é ter uma visão curta. Quem tem visão e pretende crescer na vida deve pensar além do futebol.

Tem exemplos de antigos futebolistas a viverem de caridade? Infelizmente, já presenciei situações destas de antigos jogadores que não prepararam o futuro.

Ganha-se bem em Angola?

Diria que sim. Um jogador em Angola, numa boa equipa, já consegue ter uma vida tranquila, organizada, desde que tenha os pés bem assentes no chão e pense que não vai ganhar este dinheiro para o resto da vida.

O nosso futebol é profissional?

Sim. Os jogadores angolanos, sobretudo os do Girabola, vivem só do futebol. Obviamente, pode existir quem consiga conjugar com outras coisas.

Foi um dos atletas mais bem pagos?

Não sei. Quando vim para o 1.º de Agosto fiz as minhas exigências que sempre foram aceites pela direcção. Sinto-me feliz por ter estado num grande clube e por,

PERFIL

Nome: Carlos Manuel Gonçalves Alonso 'Kali'

Data de Nascimento: 11 de Outubro de 1978, em Luanda

Clubes:
1998-2001 FC Barreirense (2.ª divisão)
2001-2005, Santa Clara (1.ª divisão)
2005-2006, FC Barreirense
2006-2009, FC Sion (Suíça)
2009-Arles-Avignon (França)
2010-2014- 1.º de Agosto

Participações em CAN

2000 (Gana/Nigéria)
2008 (Gana)
2010(Angola)
2012 (Gabão/Guiné Equatorial)

Mundial

2006, Alemanha

se calhar, ser o maior de Angola. Sempre cumpru com as suas responsabilidades e paga o que promete quer salários, quer prémios de jogos.

Como vê a crise?

Preocupa a todos. Temos interesse que Angola evolua e esta crise financeira veio retroceder a nossa evolução. Deve abrir olhos para toda gente e é



Mário Marques © VE

uma lição. Na fase da bonança, vivíamos uma vida que não era nossa e cometemos muitos exageros. A lição é reaprender a viver com os nossos salários. Esta é uma realidade que já tinha vivido na Europa. O futebol também não foi poupado.

Como está o seu negócio?

A crise afectou toda a gente. Somos uma empresa prestadora de serviços no ramo da saúde, sentimos um certo abrandamento de clientes. Temos uma equipa de angolanos e portugueses com muita vontade de trabalhar e dar a volta à situação.

Teve dificuldades na criação da clínica?

Quando abrimos a 'Bom Senso', tivemos de criar um plano de negócio. No princípio, teve um investimento superior, mas foi ajustado para alcançar o sucesso que tem tido. As críticas dos clientes são uma forma de melhorar os nossos serviços.

Projectos....

Existem mais dois em carteira. O mais avançado é uma empresa sobre marketing desportivo e as bases estão a ser criadas. O segundo está em fase de formação e está ligado ao ramo industrial.

NÚMEROS DA SEMANA

120

Milhões de dólares é a receita arrecadada anualmente pelo Estado, com os impostos da venda dos diamantes, revelou o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.

1

Milhão de dólares, valor investido pela fábrica de cabelo sintético, de marca "Vida Cabelos". A fábrica resulta de um acordo com a Unidade Técnica para o Investimento Privado.

39

Mil kwanzas, valor mensal da renda dos apartamentos de tipologia T3, com um prazo de reembolso de 25 anos, na centralidade do Lossambo, no Huambo.

150

Mil litros de leite, quantidade produzida na fazenda Aldeia Nova, no Waku-Kungo, no Kwanza-Sul.

DECISÃO ASSINALOU O DIA MUNDIAL DO AMBIENTE

Angola elimina venda de marfim



O Estado decidiu pôr fim, de forma definitiva, ao comércio de marfim no mercado nacional. A medida, que já tinha sido anunciada em Março deste ano pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, ganhou 'corpo' neste último fim-de-semana, data em que as autoridades programaram o encerramento das bancadas de venda do produto no maior mercado de artesanato de Luanda, localizado no Benfica.

A queima de centenas de tone-

ladas de dentes e peças de marfim, no Kuando Kubango, foi o acto que marcou a proibição do comércio de marfim no país, tendo servido para comemorar também o Dia Mundial do Ambiente, assinalado a 05 de Junho.

Uma nota do Ministério do Ambiente explica que a medida é adoptada em cumprimento do disposto na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de

Extinção (CITES), que está em vigor desde Janeiro de 2014.

O encerramento de bancadas de venda de objectos em marfim será extensivo a todo o território nacional, em cumprimento de obrigações internacionais assumidas por Angola, nomeadamente a Iniciativa de Protecção do Elefante e a legislação angolana sobre protecção e preservação das espécies da flora e fauna selvagens.

A medida adoptada por Angola não é caso isolado em África. Em Maio, as autoridades quenianas anunciaram a queima de mais de 100 toneladas de marfim e uma tonelada de corno de rinoceronte, naquela que foi considerada a maior destruição de sempre de marfim destinado a ser vendido ilegalmente nos mercados internacionais.

Segundo dados divulgados pelas Nações Unidas, estima-se que, entre 2010 e 2012, cerca de 100 mil elefantes tenham sido mortos para a obtenção do marfim. No total, a população de elefantes em África é actualmente estimada em 500 mil.

ESPÉCIE EM RISCO DE EXTINÇÃO

Pesca de carapau travada até Agosto

A pesca de carapau está proibida durante três meses. A medida, que entrou em vigor a 1 de Junho, termina no final de Agosto e visa proteger a espécie do risco de extinção.

A ministra das Pescas, Vitória de Barros Neto, anunciou, em Dezembro, a implementação de medidas de preservação do carapau, reduzindo a sua captura para não causar escassez do produto, que é muito consumido.

No ano passado, o Governo apro-

vou uma quota de importação de 90 mil toneladas de carapau por ano, para cobrir o défice, com isenção de direitos fiscais e aduaneiros.

O estabelecimento desta quota é uma forma de o Governo "suprir a escassez" da oferta, "decorrente da redução do período de pesca, no âmbito das medidas adoptadas para a recuperação dos limites biológicos de segurança deste recurso" e tendo em conta os encargos fiscais aduaneiros.



Greve na TCUL

Os trabalhadores da Empresa de Transporte Colectivos Urbanos de Luanda (TCUL) estão a ameaçar fazer uma greve, em protesto contra os quatro meses de salários em atraso. A decisão de paralisar deverá ser tomada em nove dias.

Os trabalhadores já tiveram nove meses de salários em atraso que chegaram a ser regularizados, depois de uma greve de um mês.

O secretário-geral adjunto da comissão sindical dos trabalhadores da TCUL, Domingos Epalanga, acusou, em declarações à agência Lusa, a administração da empresa de voltar a falhar com o pagamento.

A comissão sindical reuniu-se na quinta-feira com o conselho de administração da TCUL, tendo ficado marcada, para o dia 14, a realização de uma assembleia-geral de trabalhadores. "Teremos a nossa intervenção para explicar os passos que temos dado, enquanto sindicalistas, e o conselho de administração, na qualidade de patronato, também terá a oportunidade de explicar os esforços que tem feito com vista a pôr cobro a esta triste situação que estamos a atravessar", declarou o dirigente sindical.

O VALOR ESTA SEMANA

PRODUÇÃO PETROLÍFERA
OPEP em desacordo

Os membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) não chegaram a acordo quanto ao regresso às altas quotas de produção, que caracterizaram a organização durante largos anos. A habitual reunião de Junho ficou marcada pela posição iraniana que inviabilizou qualquer entendimento em relação à fixação de uma quota limite. **pág. 10**

NÚMERO SOBE PARA 20
Seguro tem novos players

A Agência de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) licenciou, entre Janeiro e Abril, duas novas seguradoras. Trata-se da Provi-dência Royal Seguros e da Fortaleza Companhia de Seguros que passam a integrar o grupo das 18 já licenciadas. Os seguros de saúde e de automóvel estão entre as prioridades dos novos operadores. **pág. 15**



500 MILHÕES USD CONSUMIDOS
PAPAGRO com privados

O PAPAGRO está longe de atingir o objectivo para o qual foi criado em 2013. Segundo dados oficiais, das 300 mil famílias camponesas que o programa previu abranger, apenas 140 mil foram integradas. O projecto já consumiu cerca de 515 milhões de dólares. A 'sorte' do projecto está agora nas mãos de privados. **pág. 12**